

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reviravoltas da tributação federal sobre subvenções econômicas estaduais - VISÃO DO DIREITO

..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parecer da Fazenda limita exclusão de multas após derrota no Carf por voto de qualidade

..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência tem captação atípica e digere novo marco 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Uma mudança histórica na previdência complementar (Artigo) 10

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Jader Barbalho comemora aprovação de suas propostas na CCJ 11

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS antecipa o pagamento do 13º 13

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário-maternidade negado? Procure a DPU 14

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2 15

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja locais que oferecem ajuda gratuita para declarar o Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)

..... 16

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão da Câmara aprova projeto que pode regulamentar aposentadoria especial (Previdência)

..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relatora aceita reduzir Perse, mas quer corte menor nos setores 21

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PEC do Quinquênio avança e é ampliada; governo estima impacto de R\$ 42 bi/ano 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil não pode sofrer retrocessos"	24
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
As regras para as empresas quitarem valores de IRPJ e C (Artigo)	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributária: frentes se antecipam à Fazenda	27
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad aponta oportunidades de negócios para empresários nos EUA	28
FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Índice do BC considerado "termômetro" do PIB sobe 0,4% em fevereiro	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Prévia" do PIB do Banco Central aponta alta de 0,4%	31
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
FMI piora projeção fiscal do Brasil em 2024 e 2025	32
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
FMI piora projeção de déficit do Brasil para 2024 e 2025	33
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
FMI piora projeção fiscal brasileira para este ano	34
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
FMI melhora previsão da dívida pública do Brasil	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA ECONOMIA	
BC e FMI alertam para risco fiscal no Brasil	36
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS ECONOMIA	
Projeção fiscal do Brasil piora	37
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Indicador do BC também indica economia forte no 1º tri	38
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
BC: mudança na meta afeta os juros	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
FMI cobra mais esforço fiscal	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	

FMI cobra esforço fiscal mais ambicioso.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
FMI projeta aumento da dívida bruta do Brasil pelo menos até 2029.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Avaliação do FMI sobre trajetória da dívida "é positiva", diz Haddad.....	46
O POPULAR - GO - ECONOMIA ECONOMIA	
Após FMI piorar projeção de déficit, Haddad cita nova meta.....	48
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Não dá para Haddad lavar as mãos do corte de gastos".....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Nova meta fiscal ameaça corte de juros pelo BC, alerta FGV Ibre.....	50
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Incerteza global poderia fazer Copom rever cenário, diz Campos Neto.....	53
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Conflitos podem impactar inflação.....	55
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Presidente do BC se livra das amarras e abre opções para Selic.....	56
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS ECONOMIA	
Atividade econômica evolui 2,59% em um ano.....	58
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
Economia cresce 0,8% em fevereiro; destaque para o consumo.....	59
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Após cinco altas seguidas, dólar recua 0,5%, a R\$ 5,24.....	60

Reviravoltas da tributação federal sobre subvenções econômicas estaduais - VISÃO DO DIREITO

Visão do direito - Mírian Lavocat, Integrante do escritório Lavocat Advogados / Arthur Gurgel, Integrante do escritório Lavocat Advogados

Há quase um ano, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça julgou os Recursos Especiais no 1.945.110 e no 1.987.158, tema 1.1182 da sistemática de Recursos Repetitivos, adotando um entendimento majoritariamente favorável ao Fisco sobre a incidência de **tributos** federais sobre Subvenções Econômicas dadas pelos Estados. O colegiado expandido concluiu, restritivamente, que somente os benefícios fiscais de ICMS que estejam condicionados à realização de investimentos de implementação, ou expansão, de empreendimentos econômicos que podem ser excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Ademais, também foram reiterados os poderes de fiscalização da **Receita Federal**, podendo apurar e tributar valores de incentivos fiscais de ICMS não utilizados na subvenção de investimentos de implementação e de expansão da atividade econômica beneficiada.

Entretanto, mesmo após um resultado mais favorável aos interesses do Fisco no Tribunal que realiza a uniformização da interpretação da legislação federal, a pressão arrecadatária motivou alterações legislativas que geraram insegurança jurídica e mais judicialização.

A lei 14.789 de 29 de dezembro de 2023, "Lei das Subvenções", produto da conversão da Medida Provisória no 1.185/2023, introduziu novas regras para a tributação e posterior concessão de crédito fiscal das subvenções econômicas para implantação ou expansão de empreendimento.

O cerne da mudança é o artigo 21 da nova lei, que revogou as regras que disciplinavam o afastamento da tributação sobre as subvenções econômicas, dessa forma, os valores contabilizados passaram a fazer parte da base de cálculo de IRPJ, CSLL e PIS/Cofins. Dessa forma, a nova lei subverteu o julgamento do Superior Tribunal de Justiça ao alterar o parâmetro

legislativo vigente e expressamente inverter a dinâmica dos incentivos tributários estaduais.

Para fomentar a atividade produtiva de suas economias locais, os estados e o Distrito Federal utilizam certas modalidades de benefícios fiscais para desonerar a carga de ICMS, como isenções, redução de base de cálculo, crédito presumido e também pela constituição de regimes especiais de tributação.

Enquanto as modalidades de benefícios fiscais de ICMS são variadas, as destinações possuem uma classificação menos abrangente, praticamente segmentadas entre o auxílio com o custeio da atividade produtiva e a desoneração condicionada à implementação ou à expansão do empreendimento econômico.

Segundo o STJ, somente os benefícios com a segunda destinação poderiam ser excluídos da base de cálculo dos **tributos** federais.

Entretanto, atropelando a distinção feita na avaliação dos benefícios, o novo regramento estabelecido pela nova lei prevê que os valores das subvenções será parte da base de cálculo de IRPJ, CSLL e PIS/Cofins. Foi escolhida a lógica do creditamento posterior em detrimento da desoneração tributária da melhoria da capacidade produtiva, mais adequada a investimentos de grande porte, retorno longívquo e com alto custo inicial.

Indica-se também que a possibilidade de posterior recebimento de crédito do IRPJ recolhido, mediante aplicação de alíquota de 25% sobre o investimento, não é uma solução adequada para o planejamento tributário feito para a implementação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Caso queiram, os contribuintes podem solicitar à **Receita Federal** a concessão de crédito fiscal somente relativo ao IRPJ, e calculado exclusivamente sobre os valores já investidos na implementação.

Além das limitações de apuração, a utilização do crédito se restringirá à compensação com **tributos** federais, quando autorizado, ou ao ressarcimento em

dinheiro após 24 meses de sua apuração pelo Fisco.

Verifica-se, portanto, que a nova sistemática onera disfarçadamente os contribuintes que são beneficiados com subvenções fiscais para investimento, instituindo uma carga tributária outrora inexistente, com a possibilidade de obter algum crédito dos **tributos** recolhidos, em um procedimento totalmente concentrado na **Receita Federal**.

Por fim, Indica-se que a alteração legislativa não foi abraçada pela comunidade jurídica, além de críticas doutrinárias, os contribuintes têm buscado levar a questão ao Poder Judiciário. Assim, em poucos meses de sua vigência, algumas liminares da Justiça Federal se destacaram, afastando a tributação instituída pela nova Lei 14.789/2023, além também do ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade pela Confederação Nacional da Indústria.

Site:

**[https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=banc
a.php](https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=banc
a.php)**

Parecer da Fazenda limita exclusão de multas após derrota no Carf por voto de qualidade

Marcela Villar De São Paulo

O Ministério da Fazenda editou parecer sobre a possibilidade de afastamento de multas em pagamento de dívida após derrota em julgamento no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) por voto de qualidade - o desempate pelo presidente da turma julgadora, representante do Fisco. A norma, de nº 943, segundo tributaristas, restringe o benefício, previsto na Lei do **Carf** (nº 14.689/2023), e deve gerar judicialização.

Nas suas 52 páginas, o documento, elaborado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), lista 16 conclusões. Para especialistas, acaba inibindo a interposição de recurso no **Carf**, cerceando o direito de defesa do contribuinte.

De acordo com o órgão, se a empresa recorrer à Câmara Superior de decisão por voto de qualidade e o modelo de desempate não for aplicado na última instância do tribunal administrativo, perde o direito à exclusão das multas. Também entende que as multas aduaneiras não devem ser afastadas e as são de julgamento, formalizado por petição, a fim de se manter os direitos da decisão anterior, por qualidade, que afasta a multa.

Para Dalton Dallazem, sócio-fundador do Perin Dallazem Advogados Associados, a decisão anterior deve prevalecer, mesmo que o contribuinte desista do recurso. Ele cita o artigo 51 da Lei nº 9.874/99. "A lei separa o direito de desistir total ou parcialmente do pedido formulado, ou ainda renunciar a direitos. Se formulei pedido de desistência e não de renúncia, continuaria valendo a decisão da câmara baixa." Na visão do tributarista Leandro Cabral, sócio do Vellozo Advogados, qualquer decisão por voto de qualidade no curso do processo assegura a exclusão da multa. "É um ato louvável da procuradoria esclarecer a visão do governo, mas acaba por restringir o direito assegurado por lei. E é a lei que deve prevalecer", afirma.

Em nota, a PGFN diz que é preciso observar a natureza de cada multa para se definir a incidência ou não do parágrafo 9º-A do artigo 25 do Decreto nº 70.235/72, inserido pela Lei do **Carf**. Também entende

ser possível haver interpretações diferentes. "O Direito convive com inter- isoladas só em casos específicos.

O entendimento dos contribuintes, porém, é o de que qualquer derrota por qualidade garante o afastamento de todas as multas -de ofício, isolada ou **aduaneira**. Segundo advogados tributaristas, o parecer, que é a primeira manifestação formal do governo após a aprovação da nova Lei do **Carf**, resolve certos anseios e dúvidas. No entanto, inovou ao restringir demais o disposto na legislação aprovada.

Enquanto alguns especialistas pretendem brigar na Câmara Superior do **Carf** pela tese de que a multa deve ser afastada em qualquer hipótese, outros pensam em desistir de recurso para discutir a questão no Judiciário.

Esse movimento ainda é incipiente, pois o parecer foi divulgado no dia 8 e não tem caráter definitivo ou vinculativo - é uma orientação. Porém, demonstra como os conselheiros da Fazenda devem aplicar a nova lei. Pelos dados públicos do tribunal administrativo, apenas um recurso especial foi retirado de pauta neste mês e outros sete mudaram de data.

A discussão começou com a publicação da Lei do **Carf**, que retomou o voto de qualidade. Até então, o desempate beneficiava o contribuinte. Após negociações, a lei foi aprovada com a possibilidade de exclusão das multas e cancelamento da representação fiscal para fins penais, "na hipótese de julgamento de processo administrativo fiscal resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade".

O ponto de maior controvérsia para os tributaristas é a interpretação da Fazenda de que a decisão da Câmara Superior, quanto à exclusão das multas, se sobrepõe à da turma. "Entendo que o contribuinte não pode ser prejudicado pelo direito de entrar com recurso", afirma o advogado Alessandro Mendes Cardoso, sócio do escritório Rohm Goulart Cardoso Advogados.

Segundo ele, todo o parecer da Fazenda parte do pressuposto de que o afastamento da multa se aplica nas decisões de mérito em que se discute a exigência

do tributo. "Quando aplica esse pressuposto para casos concretos, existem situações em que tentam reduzir o âmbito de eficácia da norma, em certo sentido até abusivo, quando define o que são questões de mérito e processuais." Ele cita a limitação feita ao não afastamento das multas aduaneiras, isoladas e da discussão sobre a responsabilidade tributária. "São itens que a Fazenda entendeu que, mesmo julgados por qualidade, pela natureza das discussões, não seriam abrangidos pela norma", diz.

O tributarista Vinícius Vicentin Caccavali, sócio do VBSO Advogados, afirma que dois clientes já pensam em desistir dos recursos na Câmara Superior. "Muitos recorriam porque não tinham nada a perder, mas agora têm, ainda mais se a jurisprudência é desfavorável na Câmara Superior." Caccavali ainda afirma que existia um receio de que desistir do recurso seria "desistir de tudo que o contribuinte já ganhou no processo ou que volte a valer o próprio auto de infração". Mas ele indica que a PGFN, no parecer e na Portaria nº 587/2024, publicada no dia 11, esclareceu ser possível desistir do recurso antes do início das espretações divergentes, sendo o recurso ao Poder Judiciário para defesa de uma dada posição direito constitucionalmente assegurado." Para a procuradoria, o objetivo da legislação é "retirar os acessórios do lançamento em caso de controvérsia quanto ao principal". "O respeito as regras técnicas de interpretação garante resultados justos na aplicação da norma, considerando as diferentes situações postas para julgamento no âmbito do **Carf**", afirma o órgão, que não vê, porém, possível aumento de litigiosidade. "A exclusão pretendida será afiançada ao sujeito passivo pela própria desistência tempestiva do recurso."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846>

Previdência tem captação atípica e digere novo marco

Adriana Cotias De São Paulo

Os fundos de previdência apresentaram captação líquida atípica no primeiro trimestre de 2024 e atraíram R\$ 11,1 bilhões, 56% do que entrou no ano passado inteiro, segundo a Anbima, que representa o mercado de investimentos. Geralmente, são os últimos meses de cada ano que atraem o maior volume para a categoria por causa do benefício fiscal para quem constrói suas reservas para aposentadoria no plano gerador de benefício livre (PGBL), em que o contribuinte pode abater 12% da renda tributável na declaração de Imposto de Renda (IR). Isso aumenta sazonalmente os aportes.

Nesta janela de tempo mais curta há uma certa normalização da captação após os eventos de crédito no início de 2023 que deturpavam a performance também de fundos de previdência. Há reflexos ainda da taxaçaõ de fundos fechados exclusivos ou restritos com imposto semestral e das mudanças de lastro em títulos bancários e de crédito isentos.

Um dos destinos dos recursos das famílias ultrarricas era o restrito ligado ao Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), mas o governo fechou essa brecha, proibindo a constituição de novos fundos de gestão patrimonial de previdência com saldo individual de R\$ 5 milhões. Tal restrição veio no pacote de modernização das regras do setor com o novo marco estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em fevereiro. A Susep regulamentou as resoluções nesta semana.

A taxaçaõ dos exclusivos, casada com os "órfãos" dos títulos bancários isentos, começava a incrementar o dinheiro em planos do tipo VGBL, que explica boa parte do fluxo na previdência no primeiro trimestre, diz Marcelo Flora, sócio responsável pelo canal digital do BTG Pactual e pelo negócio de vida e previdência. Na previdência, quem escolhe a tabela regressiva, a alíquota de tributação é de 10% após 10 anos, há possibilidade de compensação de ganhos e perdas no resgate e sucessão patrimonial sem passar por inventário.

Só que um detalhe cria uma espécie de reserva de mercado para as grandes seguradoras, diz Flora. Se o participante fizer portabilidade do plano ligado a um fundo exclusivo de previdência antigo para o plano de

uma nova seguradora, ele perde o benefício. "Isso criou uma desvantagem competitiva para os entrantes", afirma. "Cria-se a situação em que o cliente tem um benefício grande em manter seus recursos no prestador atual, que vai até poder cobrar mais caro porque o benefício tributário compensa, o cliente vai aceitar." Esse efeito colateral tem sido discutido nos fóruns da Fenaprevi, que representa as empresas de previdência, e na Anbima. A pauta da concorrência é um tema sensível para o regulador, diz o executivo do BTG. Segundo a Fenaprevi, os fundos exclusivos nunca foram considerados pela entidade como alavanca de captação. "Mesmo porque os objetivos e características da previdência são muito distintos", escreve em nota.

À frente, representantes do setor esperam um período profícuo para a **previdência complementar** com o novo marco e pela combinação de legislações recentes.

Dentro da Lei de Garantias, quem tem recursos na previdência poderá usar suas reservas para contratar crédito mais barato. Houve alteração também no regime tributário, com o contratante do plano podendo escolher qual modelo mais lhe convém na hora do resgate ou do primeiro benefício de renda. Não precisa mais apontar no escuro se vai ser a tabela progressiva ou regressiva de IR. A adesão automática em planos de previdência empresariais foi outra inovação trazida pela legislação.

Uma das evoluções mais relevantes que consta nas circulares da Susep é a instituição do chamado ciclo de vida, em que o cliente da **previdência complementar** terá diferentes alternativas para receber o volume que poupou ao longo do tempo, não só quando se aposentar.

"Me arrisco a dizer que é um dos momentos mais positivos em termos de regulação", diz Sandro Bonfim, superintendente de produtos da Brasilprev. "Muitas vezes, o cliente não quer a renda vitalícia com juros garantido. Quer outro tipo renda. Quando há mais opções na fase desacumulação, algo muito personalizado, faz com que o setor se adapte melhor às necessidades do cliente." Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, diz que o arcabouço cria oportunidades para oferta de renda em vários ciclos. Na regra anterior, quem se aposentasse tinha

que decidir se convertia a poupança acumulada em renda vitalícia num único momento. Na hipótese de falecer um ano depois, o dinheiro não usufruído ficava com a seguradora, não era transmitido a herdeiros.

Com a revisão regulatória, há a possibilidade de fazer várias conversões. Quem deixa de trabalhar aos 65 anos, pode contratar uma renda por cinco anos, e aos 70 e 75 anos fazer novas conversões, optando pela renda perpétua só aos 80, exemplifica Scripilliti. "E em cada conversão de renda, ele pode tomar ao preço de mercado mais apropriado. As seguradoras vão competir pelos ciclos de renda." As alterações ocorrem numa fase em que a **previdência complementar**, uma indústria relativamente nova no Brasil, atinge um certo grau de maturidade com o PGBL e o VGBL completando mais de duas décadas. Há uma massa mais graúda de participantes próxima de se aposentar e fazer esse tipo de escolha. É um tema caro para a estabilidade financeira do setor que hoje reúne cerca de R\$ 1,4 trilhão, e vai ter que lidar com a maior longevidade da população. Em vez de administrar o risco atuarial de 25 anos, as seguradoras poderão se planejar em ciclos mais curtos, de cinco a dez anos.

"Vai ter um volume de recursos a ser trabalhado nos próximos cinco ou dez anos maior do que teve até aqui", diz Scripilliti.

Rudolf Gschliffner, chefe de produtos da gestora de recursos do Santander, diz que será possível fazer, inclusive, a portabilidade de renda. Antes, o cliente transferia todo o dinheiro do plano de uma seguradora A para a B. "A partir do momento em que começa a usufruir do benefício da renda previdenciária, ele vai poder escolher com que seguradora quer ter aquela renda, vai ser uma decisão pautada no quanto competitiva vai ser a oferta, a companhia pode se basear no seu financeiro, no atuarial, na assunção do risco. Isso empodera o participante." Sob essa ótica, o executivo diz que a previdência deixa de ser um produto conhecido como só de acumulação para ser um instrumento de renda simultânea, ampliando o escopo de uso para reservas de longo prazo. O padrão do mercado hoje é o cliente resgatar tudo na hora que precisa do benefício. As novas regras valem para quem tem planos antigos, mas o setor vai ter que se adaptar.

R\$ 1,4 tri é o volume em previdência aberta no Brasil

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846>

Uma mudança histórica na previdência complementar (Artigo)

JARBAS ANTONIO DE BIAI * Diretor-residente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar)

Os novos participantes dos fundos de pensão passaram a contar, desde o dia 1º de março, com maior flexibilidade e benefícios para programar uma aposentadoria com melhor qualidade de vida. É que a partir daquela data começou a vigorar uma resolução (CNPJ/MPS nº 60) que significa a introdução da inscrição automática dos trabalhadores nos planos de **previdência complementar**.

As previsões da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**) são de que a medida implicará a entrada de aproximadamente 500 mil novos participantes no sistema a médio prazo. Mas para além dos números, a resolução significa uma mudança histórica, há muito tempo defendida por diversos setores do mercado, que trará benefícios não apenas para os participantes, mas também para os fundos de pensão e para a economia brasileira como um todo.

A inscrição automática nos planos de benefícios é uma prática adotada em diversos países e tem se mostrado eficaz para o crescimento e aprimoramento da **previdência complementar**. Ela oferece aos trabalhadores uma oportunidade de garantir uma aposentadoria mais tranquila e segura, ao mesmo tempo em que impulsiona os investimentos de longo prazo, tão necessários para o desenvolvimento econômico do país.

É importante destacar que a nova resolução preserva a liberdade de escolha do participante. Ele terá até 120 dias para se manifestar sobre a inscrição automática e, em caso de desistência, terá direito à restituição integral das contribuições.

Essa transparência e flexibilidade são fundamentais para garantir a adesão voluntária e consciente dos trabalhadores ao sistema de **previdência complementar**.

Além disso, a resolução estabelece que o patrocinador deve garantir uma contrapartida mínima de 20% do montante para o custeio do plano, garantindo vantagens ao participante.

Essa medida visa assegurar uma maior equidade e justiça no sistema, garantindo que os benefícios sejam acessíveis a todos os trabalhadores, independentemente de sua situação financeira.

Outro aspecto positivo da nova resolução é a possibilidade de aplicação da inscrição automática para os **servidores públicos**, especialmente aqueles sujeitos ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social**. A medida amplia o alcance e a abrangência do sistema de **previdência complementar**, beneficiando um número maior de trabalhadores.

Essas mudanças representam um avanço significativo no fortalecimento e na democratização da **previdência complementar** no Brasil.

É louvável o esforço do governo federal, em parceria com sociedade civil, para incentivar e aprimorar o sistema, visando garantir uma aposentadoria melhor para todos os brasileiros.

No entanto, é importante que essas medidas sejam acompanhadas de políticas de educação financeira e previdenciária, para que os trabalhadores possam tomar decisões informadas e conscientes sobre seu futuro financeiro. Afinal, a **previdência complementar** deve ser um instrumento de proteção e segurança para todos, contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para o Brasil.

JARBAS ANTONIO DE BIAI * Diretor-residente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-18-04-2024/>

Jader Barbalho comemora aprovação de suas propostas na CCJ

Luiza Mello

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o relatório elaborado pelo senador Jader Barbalho (MDB) no projeto de lei complementar PLC 29/2017. Chamado de novo marco regulatório dos seguros, o relatório apresentado pelo parlamentar paraense consolida em um único texto, várias normas referentes aos seguros privados. O projeto de lei está em discussão no Congresso Nacional desde 2004 e passou por uma audiência pública no Senado em 2017. A proposta seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, se aprovado, vai para apreciação terminativa no Plenário do Senado.

O relatório de Jader Barbalho foi elaborado por várias mãos. "Fiz questão de debater e receber sugestões de todos os setores envolvidos no tema. Ouvimos desde o contribuinte ou segurado, representantes do setor de seguros e o governo federal. Foi uma construção justa, que protege o cidadão e as instituições brasileiras", frisou o senador.

Entre as principais alterações está a regulamentação das responsabilidades e deveres de segurados e seguradoras. É o caso do dever do segurado de comunicar à seguradora alguma situação de relevante agravamento de risco. Depois de ciente, a seguradora tem prazo máximo de 20 dias para adequar o contrato. Pela legislação em vigor, o prazo é de até 15 dias. De acordo com o texto, o contrato não pode conter cláusula que permita extinção unilateral pela seguradora.

"Outro ponto importante a considerar é o fato de que a proposição aplica-se exclusivamente à lei brasileira, aos contratos de seguro celebrados por seguradora autorizada a operar no Brasil. Isso vale quando o segurado ou proponente tiver residência ou domicílio no país ou quando o bem segurado estiver em território nacional", ressalta o senador.

O projeto prevê a elaboração de questionário para avaliar os riscos no momento da contratação do seguro. A seguradora só pode alegar que houve omissão por parte do segurado caso ele, mesmo questionado, tenha deixado de prestar alguma informação. O questionário também serve como base para uma eventual perda da indenização pelo cliente por agravamento de risco. Caso seja comprovada a

intenção do segurado de aumentar as chances de sinistro, o cenário será comparado com o conteúdo das respostas do questionário. Entre outras mudanças, o texto apresentado pelo senador Jader também prevê que a proposta de seguro pode ser realizada integralmente por meios digitais, não exigindo mais a forma escrita.

MUNICÍPIOS

A Comissão de Constituição e Justiça também aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, de autoria do senador Jader Barbalho. O texto estabelece medidas para aliviar as contas dos municípios e propõe a reabertura do prazo para que as prefeituras parelem dívidas com a **Previdência Social** e define limites para o pagamento de precatórios.

A PEC 66 permite que os municípios parelem débitos previdenciários vencidos até a data de promulgação da futura emenda à constituição. O parcelamento vale tanto para o Regime Geral de **Previdência Social** quanto para os regimes próprios. O pagamento pode ser feito em até 240 meses. Se deixar de pagar três prestações consecutivas ou seis alternadas, o município perde o direito ao parcelamento.

"Os governos locais atendem diretamente as necessidades das populações e como é notório, enfrentam situações extremas de subfinanciamento ao assumir para si o encargo mais elevado da execução dessas políticas que é exatamente a assunção das despesas com pessoal", enfatizou o senador Jader ao justificar sua proposta. De acordo com o senador, a dívida previdenciária dos municípios totalizava R\$ 190,2 bilhões em 2022 Encaminhada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) como sugestão ao gabinete do senador, a PEC recebeu apoio da entidade que está fazendo campanha junto aos prefeitos para que esses pressionem seus parlamentares a apoiarem a proposta, que segue para o Plenário.

Os governos locais atendem diretamente as necessidades das populações e como é notório, enfrentam situações extremas de subfinanciamento ao assumir para si o encargo mais elevado da execução dessas políticas que é exatamente a assunção das despesas com pessoal"

Jader Barbalho, senador

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2801#book/52>

INSS antecipa o pagamento do 13º

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto antecipando o pagamento do 13º para aposentados e pensionistas do **INSS**. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem (17).

Além de aposentados e pensionistas, terão direito ao pagamento antecipado segurados e dependentes que tenham recebido em 2024 o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente ou auxílio-reclusão.

Cerca de 33 milhões de beneficiários devem receber o repasse. A medida vai injetar cerca de R\$ 66 bilhões na economia. O pagamento será feito em duas parcelas. A primeira corresponderá a 50% do benefício devido no mês de abril e será paga juntamente com os benefícios dessa competência (depositados entre os cinco últimos dias úteis de abril e cinco primeiros dias úteis de maio).

A segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono anual e o valor da parcela antecipada e será paga juntamente com os benefícios da competência do mês de maio (depositados entre os cinco últimos dias úteis de maio e cinco primeiros dias úteis de junho).

Na hipótese de o benefício ser cessado antes de 31 de dezembro de 2024 será pago o valor proporcional do abono anual, que costuma ser pago no segundo semestre de cada ano, nos meses de agosto e novembro.

Nos últimos anos, o governo tem antecipado o pagamento para estimular a economia. No ano passado, os depósitos foram feitos em maio e junho.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/tpeq/#p=1>

Salário-maternidade negado? Procure a DPU

O contribuinte ou o empregado pagam todo mês um valor, no caso do último, descontado do seu salário, que é recolhido para a **Previdência Social**.

Essa quantia, chamada de contribuição, é para o pagamento de uma espécie de seguro, gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Quando precisa, o segurado tem acesso a vários benefícios. Um deles, o salário-maternidade, é pago à pessoa que se afasta da sua atividade por motivo de nascimento de filho(a), aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

Se esse ou outro benefício for negado pelo **INSS**, a Defensoria Pública da União (DPU) pode prestar assistência jurídica gratuita a cidadã ou cidadão que não tem condições financeiras para arcar com as despesas de um advogado (renda familiar de até R\$ 2 mil) e resida em uma das regiões abrangidas pelos serviços do órgão.

REQUISITOS E DOCUMENTOS O salário maternidade para a(o) empregada(o) deve ser pedido na empresa e pago diretamente por esta. No caso dos demais contribuintes, o pedido é realizado totalmente pela internet, não é preciso ir a uma agência do **INSS** para solicitar, nem da ajuda de intermediários.

Os interessados devem ter o número do CPF; a certidão de nascimento; o atestado médico específico, em caso de afastamento antes do parto; o termo de guarda com a indicação de que destina-se à adoção e, no caso de adoção finalizada, a nova certidão de nascimento expedida após a decisão judicial. No caso das trabalhadoras rurais, é preciso preencher uma autodeclaração de segurado especial e apresentar documentos que comprovem a atividade rural, como contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural, notas fiscais de mercadorias etc.

A DPU está em todas as capitais e em outras cidades.

Para conferir se a região tem os serviços da DPU veja o link: <https://www.dpu.def.br/>

Site: <https://flip.odia.com.br>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

Publicado em 18/04/2024 - 07:05
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (18) a parcela de abril do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2. O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o benefício sobe para R\$ 680,90. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,19 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 130 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos

referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 120 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,68 milhões de famílias estão na regra de proteção em abril. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 2. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

Veja locais que oferecem ajuda gratuita para declarar o Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)

O prazo para entregar a declaração do imposto de Imposto de Renda 2024 chega ao final em menos de 50 dias. Quem tem dúvidas sobre como declarar pode procurar o auxílio gratuito de especialistas que estão atendendo em diversos locais do país.

A **Receita Federal** mantém parceria com 490 instituições de ensino por meio do NAF (Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal). São diversos pontos em todos os estados, principalmente em universidades, com profissionais, professores e estudantes que oferecem serviços fiscais, contábeis e jurídicos.

Nos locais, as pessoas podem tirar dúvidas sobre a declaração do Imposto de Renda, ter assistência para as atividades de MEI (microempreendedor individual), receber informações sobre comércio exterior, tributação e jurídicas, além de conseguir certidão negativa e dados sobre eSocial Doméstico e isenção de **impostos** para taxistas e outros serviços.

Cada local tem data e horário de atendimento diferentes. Clique aqui para ver quais são as instituições que fazem parte desta parceria.

Em algumas universidades, alunos e professores de ciências contábeis participam do atendimento. "Os alunos terão a experiência na execução e solução de problemas relacionados à tributação na pessoa física", diz Eduardo Roberto Priore, coordenador de Ciências Contábeis na Faculdade Anhanguera Santo André.

Além do NAF, a Receita também lançou o Leo, um robô no site do órgão, que informa ao contribuinte se ele é obrigado ou não a declarar o Imposto de Renda.

Universidades que não fazem parte desta parceria também estão oferecendo atendimento. Em Santos (SP), a Esamc tirará dúvidas em quatro sábados (27 de abril, 11, 18 e 25 de maio), com agendamento prévio do atendimento pelo telefone (13) 3269-5757, ou pelo email secretaria@santos.esamc.br. A universidade pede um quilo de alimento não perecível para quem for atendido.

A doação também é solicitada pela Universidade Braz Cubas, em Mogi das Cruzes (SP), que realiza

atendimentos às terças-feiras e sábado. O próximo evento será em 23 de abril, das 14h às 18h.

A Unasp (Centro Universitário Adventista de São Paulo) realizará atendimento em 12 de maio no bairro do Capão Redondo, zona sul de São Paulo. A consulta será gratuita, mas é preciso agendar no telefone (11) 2128-3537.

Não são apenas universidades e a Receita que estão disponibilizando atendimento gratuito. A Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas) realizará, entre 22 e 25 de abril, os atendimentos em 40 sindicatos ligados à entidade. Clique aqui para ver os locais.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A recomendação é que o contribuinte leve os documentos que serão utilizados na declaração como RG, notas fiscais, comprovantes de despesas dedutíveis, documentos de bens como carro e imóvel, e informes de rendimentos enviados por bancos, empresas, imobiliárias, planos de saúde e outros.

A Receita espera que 43 milhões de pessoas declarem o IR neste ano. O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Para fazer a declaração, o contribuinte pode instalar o PGD no computador, pode baixar o aplicativo Meu Imposto de Renda no tablet ou celular, ou então realizar o preenchimento dos dados online, pelo portal e-CAC.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e

pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Caso você seja obrigado a declarar, escolha se vai preencher os dados pelo PGD, app Meu Imposto de Renda ou portal e-CAC.

Com o programa aberto, o contribuinte pode escolher se começa a declaração do zero ou importando os dados do ano anterior. Ele pode também optar pela declaração pré-preenchida, caso tenha conta ouro ou prata no portal gov.br.

Veja abaixo uma descrição de cada ficha

Com as fichas preenchidas, faça uma revisão em todos os dados e, em seguida, escolha a melhor forma de tributação no lado esquerdo. As opções são "por deduções legais", que é a declaração completa, e "por desconto simplificado", que desconta R\$ 16.754,34 do imposto devido.

Escolha a melhor tributação. Para enviar, vá em "Verificar pendências". Se houver alguma, será sinalizado e é preciso resolver para continuar. Pendências em vermelho impedem o envio do IR, as amarelas, não.

Se não houver pendências, vá em entregar declaração. O sistema pedirá os dados para pagamento de restituição ou sobre como será pago o imposto pendente.

Preencha e grave a declaração para enviar; o programa irá fechar o documento e, em seguida, clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia da declaração e do recibo; imprima se for necessário.

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

A Receita liberou o PGD (Programa Gerador do Imposto de Renda) em 12 de março. O prazo de entrega vai de 15 de março a 31 de maio.

A declaração pré-preenchida também foi disponibilizada em 12 de março. Quem opta pelo modelo entra na fila de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

O motivo de iniciar a entrega da declaração em 15 de março é dar ao menos 15 dias para que os sistemas da **Receita Federal** sejam abastecidos com as informações que são enviadas por fontes pagadoras para o órgão.

As empresas tiveram até o final de fevereiro para entregar os dados de cada cidadão à Receita e para disponibilizar os informes de rendimentos aos contribuintes. Quem não recebeu, deve procurar a fonte pagadora e solicitar o documento.

A restituição será paga em cinco lotes, sendo o primeiro em 31 de maio, último dia do prazo para entrega da declaração. Há uma lista de prioridade para o pagamento, que segue esta ordem:

A tabela mensal ou anual de desconto do Imposto de Renda é uma orientação para que os contribuintes saibam a partir de que valor há obrigatoriedade de fazer o recolhimento do tributo e quem está isento do IR.

Um dos pontos principais para saber se precisa declarar é somar a renda tributária recebida no ano. São rendimentos tributários valores de salários, aposentadoria, renda como autônomo e aluguel de imóvel, por exemplo. Se o valor anual ultrapassar o limite de renda da Receita, é preciso declarar.

Também há outras regras, como ter recebido rendimentos isentos e não tributáveis acima de R\$ 200 mil no ano. FGTS é um exemplo de renda não tributável.

Quem tem bens e direitos -somando imóvel e carro, por exemplo- acima de R\$ 800 mil também é obrigado a declarar. O valor a ser usado é o da compra do bem.

Caso o contribuinte tenha imposto a pagar, ele terá até 10 de maio para informar à Receita que deseja quitar a cota única ou a primeira cota em débito automático. Para isso, ele terá de enviar a declaração e indicar a opção. Após esta data, o tributo só poderá ser pago por meio da guia da Receita.

O prazo para pagamento em cota única ou da primeira parcela será 31 de maio. As outras cotas serão pagas no último dia útil de cada mês.

Veja o cronograma:

Empresas, instituições financeiras e órgãos públicos tiveram até 29 de fevereiro para entregar o informe de rendimentos referente a 2023. Além disso, o contribuinte já pode reunir outros documentos para começar a organizar a declaração do IR, como recibos e notas de despesas médicas e de educação, comprovantes de compra e venda de veículos ou imóveis no ano passado, entre outros.

"O primeiro cuidado que o contribuinte tem que ter é em conseguir a documentação e fazer a triagem de tudo o que vai precisar", diz Valdir Amorim, da IOB.

Lista de documentos básicos:

O contribuinte precisa do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda e ter em mãos alguns documentos pessoais e cadastrais, como:

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/veja-locais-que-oferecem-ajuda-gratuita-para-declarar-o-imposto-de-renda-2024.shtml>

Comissão da Câmara aprova projeto que pode regulamentar aposentadoria especial (Previdência)

A Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que pode regulamentar a aposentadoria especial .

O benefício foi um dos que mais tiveram mudanças na reforma da Previdência de 2019 , que determinou idade mínima em todas aposentadorias do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), reduziu o valor da pensão por morte e limitou o acúmulo de benefícios.

A comissão deu parecer favorável ao projeto de lei complementar da deputada Geovania de Sá (PSDB - SC), na quarta-feira (10), que reduz a idade mínima na aposentadoria especial para 40, 45 e 48 anos, dependendo do grau de exposição da atividade, se leve, moderado ou grave.

A regra atual institui idade mínima de 55, 58 e 60 anos para trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho após a reforma. O tempo de contribuição é de 15, 20 ou 25 anos. Para quem já estava no mercado, há uma regra de transição, de pontuação mínima.

São necessários 66, 76 ou 86 pontos, conforme o grau de exposição da atividade, ao somar idade e tempo de contribuição.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para a deputada, a proposta é democrática porque não define uma regra de transição e beneficiaria também aos que já estão no mercado de trabalho. "Beneficia todos os trabalhadores, independentemente de quando começaram a contribuir para a **previdência social** ."

"Isso significa que todos os segurados serão beneficiados, independentemente do momento em que começaram suas contribuições. Essa ampla abrangência visa garantir que todos os trabalhadores tenham acesso aos benefícios proporcionados pela legislação", disse.

Além da mudança da idade mínima, o projeto de lei também regulamenta quais agentes nocivos poderiam garantir o benefício especial.

Dentre alguns dos agentes citados na proposta o estão as atividades de mineração subterrânea, exposição ao sistema elétrico de potência de origem de fontes geradoras de linhas de transmissão, exposição ao amianto e atividades de vigilância, independente da exigência do uso de arma de fogo.

Uma das mudanças no projeto original apresentado por ela foi a retirada dos aeronautas como profissão que pode dar direito à aposentadoria especial. Os deputados votaram pela exclusão do trecho, mas não descartaram um possível retorno da categoria no projeto final.

Segundo especialistas em Previdência, a retirada não vai alterar os benefícios aos aeronautas. Isso ocorre porque a pressão atmosférica anormal já está prevista em decreto do Executivo como agente prejudicial à saúde.

A deputada afirma ainda que o objetivo é regulamentar o que não estava previsto na emenda constitucional de 2019. Ela acredita que o projeto não enfrentará grandes dificuldades na votação final no plenário.

"O texto é equilibrado e atende às necessidades dos beneficiários, sem exceder os recursos disponíveis. No entanto, é natural que surjam preocupações sobre os custos adicionais para o governo. Embora seja legítimo que alguns parlamentares levantem essas preocupações, é improvável que o projeto seja totalmente rejeitado".

A proposta precisa passar por outras três comissões na Câmara para ir ao plenário. Se aprovada pelos deputados, segue ainda para votação no Senado e precisa ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para passar a valer.

A aposentadoria especial é um benefício concedido a trabalhadores que atuam em áreas consideradas prejudiciais à saúde. Até a reforma, o benefício era concedido ao trabalhador com 15, 20 ou 25 anos de

exposição em área insalubre, sem idade mínima para fazer o pedido.

Depois da reforma, há idade mínima para novos segurados. Quem já está na ativa tem regra de transição, com pontuação mínima.

A reforma mudou o cálculo desse benefício -e dos demais-, implantou idade mínima nas aposentadorias do **INSS** e acabou com a conversão em tempo comum para atividade exercida após a reforma, o que, antes, garantia um bônus no tempo de contribuição para quem não havia trabalhado todo o período em atividade especial.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-pode-regulamentar-aposentadoria-especial.shtml>

Relatora aceita reduzir Perse, mas quer corte menor nos setores

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Com possibilidade de ser votado na próxima semana, o projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) deve atender parcialmente o governo na redução do número de atividades econômicas beneficiadas, mas não no volume pretendido pelo Ministério da Fazenda.

Até mesmo aliados do governo têm reconhecido nas reuniões para tratar do projeto que a redução de 44 para 12 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) seria "drástica e injusta". O número de categorias contempladas com a isenção dos impostos federais será fechado apenas no início da próxima semana, após o Ministério da Fazenda dar um panorama dos impactos fiscais do parecer preliminar da relatora Renata Abreu (Podemos-SP).

Ela se reuniu nessa quarta-feira com os líderes da base governista para ouvir sugestões e participará de novos encontros com deputados e empresários nos próximos dias. Paralelamente, ela já vem "batendo números e eventuais ajustes no texto" com integrantes da equipe econômica do governo Lula (PT).

"Será necessário um aumento de CNAEs. Todos os líderes estão imbuídos de ver que é justo. Isso também ocorre para evitar judicializações após o avanço no texto", disse um parlamentar que participou da reunião. "Será difícil diminuir para menos de 30 CNAEs, como quer a Fazenda", acrescentou outro deputado.

Durante a reunião, a relatora sinalizou aos líderes que quer colocar um faseamento que se adeque ao custo e que garanta a segurança jurídica. O formato, porém, ainda está indefinido e só será fechado após as simulações das propostas que estão na mesa de negociação. A meta dela é que a renúncia fiscal com o Perse fique no valor combinado durante a votação ano passado: R\$ 5 bilhões por ano.

Há inclusive impasse sobre a duração do programa. Enquanto o governo preferiria cortar mais rapidamente o benefício, mesmo que o programa dure até 2026, parte das empresas de eventos prefere até uma antecipação do fim do programa, mas com garantia de corte menor.

Pela redação proposta pelo Ministério da Fazenda, a alíquota de PIS, Co fins e CSLL sairia dos atuais 0% para 55% da alíquota normal a partir de abril de 2024. Em 2025, a alíquota seria de 60% da padrão e, em 2026, de 75%. No caso do Imposto de Renda, a isenção total continuaria ao longo deste ano, mas seria cortada para 60% da alíquota regular em 2025 e 75% em 2026.

Uma ala de parlamentares mais próxima dos setores de entretenimento defendeu que as regras não mudem para 2024 e passem a ser válidas apenas a partir de 2025, porque as empresas já organizaram seus planos com base no benefício. A relatora concordaria com essa visão. Isso, contudo, atrapalharia os planos da equipe econômica de contar com um reforço na arrecadação já este ano.

Outro problema é que o governo federal não abre mão de excluir as empresas do lucro real, com faturamento acima de R\$ 78 milhões, do programa. A relatora estuda incluir a previsão de que a empresa não poderá acumular os benefícios do Perse e a compensação do prejuízo fiscal. "Isso se resolve na lei agora prevendo que a empresa do lucro real possa optar se ela quer o benefício do Perse ou a se quer usufruir a compensação do prejuízo fiscal", afirmou um parlamentar ao Valor.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1§ion=1>

PEC do Quinquênio avança e é ampliada; governo estima impacto de R\$ 42 bi/ano

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA

O projeto que prevê mais um penduricalho para elevar os salários de juizes, procuradores e promotores - um bônus automático de 5% nos vencimentos das categorias a cada cinco anos - avançou ontem no Senado com potencial de causar um impacto fiscal ainda maior. Originalmente, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio apresentada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), contemplava as carreiras da magistratura e do Ministério Público.

O texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, no entanto, estendeu o benefício para outros agentes públicos.

Estudo feito pelo Centro de Liderança Pública (CLP) considerando o pagamento do chamado quinquênio apenas para juizes, procuradores e promotores estimou um impacto anual de R\$ 1,8 bilhão. Agora, com a inclusão de outras carreiras do serviço público na proposta chancelada na CCJ no Senado, o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PTBA), disse que esse valor pode chegar a R\$ 42 bilhões anuais.

"É um tsunami do ponto de vista das carreiras jurídicas. Isso vai ter impacto nos 26 Estados e no Distrito Federal. Não ficará restrito", afirmou o petista.

Relator da proposta, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) acatou emendas para ampliar o bônus de 5% para integrantes da Advocacia Pública da União, Estados e Distrito Federal, membros da Defensoria Pública, delegados da Polícia Federal e ministros e conselheiros de Tribunais de Contas.

"A gente precisa gastar melhor o dinheiro público e talvez gastar melhor seja gastar melhor com bons funcionários públicos", disse o relator.

Ele, porém, não fez um cálculo do efeito que a "nova" PEC teria para os cofres públicos.

"BOMBA". "O que tenho aqui vindo da Fazenda é que, se o cenário de ampliação (da PEC) for maior, colocando Senado e outros Poderes, chegaríamos a um impacto de R\$ 42 bilhões por ano", disse Wagner, ao defender a rejeição da proposta.

"Quero só que os colegas entendam que bomba pode estar por vir com essa bem-intencionada PEC, que é para valorizar principalmente os tribunais superiores, que não têm tantos penduricalhos quanto outras carreiras do Judiciário." O líder do governo disse ainda que o quinquênio é "a pior política de gestão de pessoal, porque não fala em meritocracia, é um aumento vegetativo da folha, independente do gestor, e não estimula a melhoria do serviço público prestado".

BASE. Mesmo com as colocações do petista, boa parte da base de apoio do governo Lula votou a favor da proposta. Além do aval de Pacheco, a PEC também tem o apoio do presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Pacheco defende a PEC do Quinquênio sob o argumento de que ela corrige uma distorção na remuneração dos magistrados em início de carreira, que podem receber vencimentos superiores aos que se encontram no fim da jornada profissional.

Para ele, o benefício contribui para a valorização do Judiciário e do Ministério Público e evita que bons magistrados troquem suas carreiras pela iniciativa privada.

"Queremos promotores e procuradores de Justiça que tenham independência funcional e que se dediquem inteiramente à defesa da ordem democrática.

Então, precisamos proporcionar um ambiente atrativo ou perderemos profissionais altamente vocacionados para outras carreiras que remuneram melhor", diz Pacheco na justificativa da PEC.

O texto aprovado pela comissão seguiu para o plenário do Senado, onde é necessário o voto favorável de 49 dos 81 integrantes da Casa, em dois turnos. Passada essa etapa, a proposta será encaminhada para a Câmara, onde precisará ser avalizada por colegiados da Casa e também por 308 dos 513 deputados em plenário.

DUPLA. A aprovação da PEC do Quinquênio na CCJ demonstrou a dependência do governo em relação à dupla formada por Pacheco e Alcolumbre, postulante ao comando do Senado.

Foram 18 votos favoráveis à proposta e sete contrários.

O governo sofreu defecções por todos os lados. PSD e União Brasil deram, cada um, quatro votos a favor da proposta.

A influência direta de Pacheco e Alcolumbre refletiu no posicionamento não só nas bancadas de seus partidos, mas também em outras legendas, como o PL e o MDB.

O apelo feito pelo líder Jaques Wagner não surtiu efeito.

Pelo menos quatro senadores considerados muito governistas (Veneziano Vital do Rêgo, do MDB, Omar Aziz e Angelo Coronel, do PSD, e Ana Paula Lobato, do PSB) votaram contra o pedido de Wagner. O único senador do PSD a rejeitar a PEC foi Otto Alencar (BA).

Por outro lado, o governo contou com o apoio de opositoristas como Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Eduardo Girão (Novo-CE). O general Hamilton Mourão (Republicanos- RS), ex-vice-presidente da República, também indicou voto contrário à PEC.

TETO. A proposta original em debate no Congresso estabelece o pagamento a cada cinco anos do Adicional por Tempo de Serviço de 5% (limitado a 35%) para juizes, procuradores e promotores - considerados hoje a elite do funcionalismo público. Como esse adicional é considerado verba indenizatória, seria acrescido à remuneração sem entrar no abateteto.

Atualmente, o teto do funcionalismo público federal é de R\$ 44 mil, que corresponde ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o estudo do CLP, elaborado pelo economista Daniel Duque, o quinquênio beneficiaria 31,8 mil dos 266 mil magistrados, procuradores e promotores que atuam no País.

E 17,8 mil integrantes do Judiciário e do Ministério Público teriam remuneração mensal maior que o teto constitucional.

O adicional mensal recebido por juizes e procuradores ficaria entre R\$ 1,3 mil e R\$ 12 mil, conforme o tempo de carreira.

"É inaceitável discutir um novo privilégio para o funcionalismo público. A realidade do cidadão está muito distante dessa pequena parcela de servidores que recebe benefícios exorbitantes", disse o economista ao Estadão.

Alcance

31,8 mil juizes,

procuradores e promotores seriam beneficiados pela PEC, diz estudo do CLP

17,8 mil membros

do Judiciário e do MP receberiam acima do teto, hoje fixado em R\$ 44 mil

PARA LEMBRAR

I Conselho da Justiça Federal (CJF) Órgão aprovou volta do Adicional por Tempo de Serviço em 2022, 16 anos após sua extinção, e concedeu o pagamento retroativo a integrantes do Judiciário e do Ministério Público que ingressaram na carreira até 2006

I Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Presidente do CJF, Maria Thereza de Assis Moura foi contra a medida, mas foi voto vencido e recorreu à Corregedoria Nacional de Justiça.

O corregedor Luís Felipe Salomão liberou o pagamento retroativo

I Tribunal de Contas da União (TCU) O quinquênio virou alvo de processo no TCU. Em abril do ano passado, o ministro Jorge Oliveira determinou o corte do penduricalho

I Supremo Tribunal Federal (STF) Em dezembro, o ministro Dias Toffoli derrubou a determinação do TCU. Com isso, o pagamento do ATS, acima do teto, voltou a ser permitido pela Justiça

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"O Brasil não pode sofrer retrocessos"

» ROSANA HESSEL

» Entrevista | ROGÉRIO CERON | SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL

Apesar da reação negativa do mercado financeiro com a mudança das metas fiscais no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, divulgado na última segunda-feira, adiando a previsão de superávit primário para 2026, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, mantém o discurso de que a âncora fiscal não foi abandonada e garante que segue otimista com o crescimento da economia.

Pelas suas estimativas, será possível estabilizar a dívida pública, entre 2027 e 2028, abaixo de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Ele confessa ser um grande otimista em relação ao Brasil e alerta que os economistas estão errando porque não estão considerando as mudanças estruturais já realizadas e as que estão em curso. "Até 2030 vamos ver um ciclo econômico muito positivo para o Brasil. Vamos ter que errar muito para não aproveitarmos essa janela", afirma Ceron, em entrevista ao Correio.

De acordo com o secretário, a decisão de mudança da meta fiscal de 2025, reduzindo a meta de superávit primário de 0,5% do **PIB** para zero, foi consensual na equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A seguir, os principais trechos da entrevista: O mercado financeiro segue reagindo negativamente em relação às mudanças das metas fiscais no PLDO de 2025. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Eu não vi nenhum relato desse tipo, mesmo as análises que são mais críticas às alterações das metas da LDO não levam para esse ponto. Colocam em risco o que pode vir na sequência, é diferente de já ter materializado que o arcabouço acabou e corre o risco de abrir um precedente para outras alterações.

Exatamente. É o que eles temem. Nós estamos deixando claro que isso não procede. Outra coisa que não procede, tecnicamente, é a leitura de que a condução da política monetária vai ter alguma alteração em função dessa revisão das metas de resultado primário.

Primeiro, o que vai, provavelmente, gerar algum constrangimento ao ciclo de baixa da Selic até onde ela vai, será muito determinado pela taxa de juros

norte-americana. Provavelmente, vamos chegar num horizonte em que vai ser mais difícil a continuidade do processo de flexibilização da política monetária aqui em função dos juros de lá (nos EUA). É legítimo que se questione, mas o que estamos falando é que não haverá esse tipo de desistência (da âncora fiscal) e não haverá flexibilização (da meta).

Analistas têm dito que o governo mudou a meta cedo demais e corre o risco de, no próximo PLDO, continuar mudando a meta. Este governo deixará o equilíbrio fiscal para o próximo?

A LDO é um instrumento adequado para fazer as pactuações das metas. Uma coisa que é importante lembrar é que, agora, o novo arcabouço fiscal exige que essa trajetória do resultado primário seja compatível com a estabilização da trajetória da dívida.

O senhor teme que o pacote que vem sendo preparado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) piore o quadro fiscal?

Estamos tentando reverter, porque isso gera, sim, um retrocesso fiscal. E é importante que as pessoas entendam que o quadro fiscal não permite isso. A reação do mercado, claro, tem muita influência do cenário internacional, tanto geopolítico quanto americano. Mas o tensionamento no câmbio, por exemplo, é importante também para que os atores relevantes, seja o Executivo, seja o Judiciário, seja o Legislativo, compreendam que o Brasil não pode sofrer retrocessos. E é muito importante que se tenha consciência, porque o reflexo é isso. Se reflete no câmbio, que se reflete na **inflação**, que penaliza as pessoas mais pobres.

De fato, é importante continuar nesse percurso de educação fiscal e o nosso compromisso é retratado quanto a isso. Enquanto esta equipe continuar no Ministério da Fazenda, nós vamos continuar lutando pela recuperação fiscal.

Essa questão da estabilização da dívida não ficou muito clara na apresentação do PLDO, porque há uma projeção de Selic a 7% nos próximos anos, o que está fora de qualquer previsão do mercado. Há até casas não descartando juros mais altos no fim deste ano. Eu ouvi comentários desse tipo.

As diferenças de estimativas são naturais e nós, com as estimativas da SPE (Secretaria de Política Econômica), temos acertado muito mais do que a

mediana do mercado. Mas isso eu não acho que seja uma discussão tão relevante, porque o mercado espera uma estabilização da dívida, em 2030, em 86% do **PIB**. Então, ela continua estabilizando da mesma forma.

Só na próxima década?

É, na previsão do mercado.

Na nossa, a dívida se estabilizaria entre 2027 e 2028 e abaixo de 80% do **PIB**. Eles acham que vai ser acima de 80% do **PIB**. Mesmo assim, a dívida se estabiliza. Estamos falando de uma diferença de nível de estabilização e quando vai se estabilizar. No ano passado, o mercado errou a estimativa da dívida pública bruta, de 79% do **PIB** no fim do ano. Fechamos com um pouco mais de 74%. São cinco pontos percentuais em um ano, de erro de estimativas, mesmo pagando quase 1% do **PIB** de precatórios. Então, veremos. O ideal é que a dívida se estabilize abaixo de 80%, e é o que estamos batalhando para conseguir. Mas isso depende de várias coisas.

Quais?

Depende do crescimento econômico, depende da taxa de juros, depende de uma série de fatores, de fato. Mas estamos confiantes de que é possível. E quando eu digo que, de qualquer forma, a dívida se estabiliza, não é no sentido de ter conforto.

Mas o custo é menor, não é?

Temos que discutir as razões estruturais do porquê de o custo aqui ser maior. E é maior não só pela questão fiscal. O fiscal importa, e ninguém está dizendo aqui que não tenha que ter esse percurso. Por um lado, tem uma ancoragem que é boa, e, por outro, não podemos descuidar do fiscal de forma alguma. O desafio de curto e médio prazos persiste. Nós não temos margem para retrocessos. E é isso que estamos tentando explicar.

O Congresso está jogando contra?

Essa reprecificação do mercado (com queda da Bolsa, alta do câmbio e dos juros futuros) é importante para o próprio Congresso compreender a delicadeza da situação fiscal e de quanto o retrocesso pode ser nocivo para a população. Porque vai gerar impacto sobre a **inflação**, que acaba prejudicando quem é mais pobre. Com certeza, o Legislativo não deseja isso.

O FMI soltou um relatório piorando as projeções fiscais para o Brasil. Pode comentar?

A previsão do FMI para o resultado fiscal é melhor do que a previsão do mercado, porque eles preveem 0,6% de déficit primário, neste ano, e o mercado, 0,7% do **PIB**. O FMI ainda é mais otimista do que a mediana do mercado nos próximos anos. Bons economistas sabem, por mais sofisticada que seja metodologia, o quão frágil que é prever algum desses indicadores. É importante termos uma referência, e acho legítimo cada um ter a sua projeção. Mas um desses indicadores, de atividade econômica, tem sido sistematicamente com viés para baixo.

O senhor acha que as estimativas dos economistas do mercado não estão considerando isso?

Não estão. As reformas estruturais aumentaram o **PIB** potencial e alguns modelos não incorporaram esse ajuste. Reformas estão sendo feitas, como a **reforma tributária**, e um conjunto grande reformas microeconômicas.

O país vem fazendo reformas ao longo do tempo e estamos fazendo também muita coisa que vai ajudar muito. E eu sou muito otimista com o que está vindo pro Brasil. Até 2030, vamos ver um ciclo econômico muito positivo para o Brasil. Vamos ter de errar muito para não aproveitarmos essa janela.

"Enquanto esta equipe continuar no Ministério da Fazenda, nós vamos continuar lutando pela recuperação fiscal"

As regras para as empresas quitarem valores de IRPJ e C (Artigo)

ADRIANA CRENI* * Sócia-gerente da Elebece Consultoria Tributária

No último dia 3 de abril foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 2.184/2024, que regulamentou o desconto de até 80% nas dívidas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) decorrentes de exclusões da base de cálculo desses **tributos**, de subvenções concedidas por governos estaduais. É a chamada autorregularização incentivada de débitos tributários apurados em decorrência de exclusões efetuadas em desacordo com o artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 - que dispõe sobre as subvenções para investimento - e conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.789/23, desde que não tenham sido objeto de lançamento.

Trata-se de um mecanismo pelo qual os contribuintes têm a oportunidade de regularizar suas pendências fiscais de forma voluntária, inclusive com benefícios de redução de multas e juros.

Poderão ser parcelados os débitos de IRPJ e CSLL cujos períodos de apuração se encerraram em 31 de dezembro de 2022 e que as exclusões indevidas tenham sido efetuadas em ECF transmitida até o dia 29 de dezembro de 2023. Também poderão ser liquidados os débitos de IRPJ e CSLL relativos aos períodos de apuração trimestrais referentes ao ano de 2023, cujas exclusões indevidamente efetuadas tenham reflexo nos débitos informados nas DCTFs.

O artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, revogado pela Lei 14.789/2023, dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de **impostos**, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros.

Assim, se uma empresa tiver efetuado exclusões de valores em desacordo com o estabelecido no revogado artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, poderá ser objeto de autuação fiscal e, conseqüentemente, ter débitos tributários a regularizar.

Além dos débitos de IRPJ e CSLL, poderão ser objeto da autorregularização outros **tributos** que tenham sido

compensados indevidamente com créditos de saldos negativos ou com pagamentos indevidos ou a maior de IRPJ ou CSLL, cujos PER/ DCOMP tenham sido transmitidos até o dia 29 de dezembro de 2023, em razão da exclusão indevida pelo não cumprimento do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Para adesão será necessária a retificação das obrigações acessórias, que deverão ser transmitidas até o dia 31.05.2024 as ECFs e as DCTFs para os débitos relativos a períodos de apuração ocorridos até 31 de dezembro de 2022; e até o dia 31.07.2024 as DCTFs retificadoras para os períodos de apuração trimestral referentes ao ano de 2023.

Para aqueles que aderirem à autorregularização incentivada os descontos poderão chegar até a 80% do valor consolidado, o que inclui principal, juros e multa. O requerimento de adesão deverá ser efetuado mediante abertura de processo digital no Centro Virtual de Atendimento - e-CAC, na aba "Legislação eProcesso", por meio do serviço "Requerimentos Web". Essa prática é comum em muitos países como forma de estimular a conformidade fiscal e reduzir a litigância entre contribuintes e o fisco, mas sabemos que no caso do Brasil o objetivo principal é a arrecadação.

ADRIANA CRENI* * Sócia-gerente da Elebece Consultoria Tributária

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-18-04-2024/>

Tributária: frentes se antecipam à Fazenda

» **ALINE BRITO**

A Coalizão de Frentes Parlamentares apresentou, ontem, 13 Projetos de Leis Complementares (PLPs) para regulamentar a **reforma tributária**. Ante a demora do Ministério da Fazenda em enviar propostas para definir as normas, os deputados organizaram grupos de trabalho paralelos e estruturaram as leis que regulamentam, por exemplo, a tributação dos combustíveis e os regimes específicos e institui a Cesta Básica Nacional de Alimentos (CeNA).

Os projetos foram apresentados em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara, com a presença do relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP/PB). Os grupos paralelos foram formados por cerca de 500 participantes, entre entidades do setor privado e 26 Frentes Parlamentares.

"O setor produtivo se mobilizou, se antecipou e já tem a sua agenda definida. Vamos esperar o que vem do governo e tentar ver qual é o aperfeiçoamento ou se é possível aperfeiçoar.

As leis complementares são do governo, isso estava previsto na própria **reforma tributária**, então agora é o momento de o governo apresentar essas leis e, a partir daí, as frentes parlamentares se mobilizam para discutir a agenda", afirmou o senador Efraim Filho (União-PB), que acompanhou os GTs.

Apesar de estar previsto no texto da PEC da **reforma tributária** o envio dos PLPs pela Fazenda, a intenção dos deputados é que, como os projetos das frentes foram protocolados primeiro, tenham a preferência.

"A expectativa é que os nossos textos sejam os principais e que a gente consiga avançar nas pautas, porque foram fruto de um trabalho extremamente técnico", disse o deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Prazo A PEC 45/2019 foi aprovada e promulgada em dezembro de 2023. Para entrar em vigor, é necessário regulamentar, por meio de PLPs, as mudanças na tributação sobre consumo. A Fazenda tem seis meses, a partir de então, para enviar ao Congresso os projetos complementares. A previsão era de que os entregasse nesta semana, mas adiou por causa da viagem do ministro Fernando Haddad aos Estados Unidos.

A preocupação de parlamentares é de que o ministério só apresente os projetos no fim do prazo, em junho, e, com isso, atrase a aprovação da regulamentação.

Com as eleições municipais deste ano, o Congresso deve ficar esvaziado.

O objetivo é de que os textos complementares sejam analisados antes do recesso parlamentar do meio do ano e aprovados ainda em 2024.

"A gente quer que o governo apresente o mais rápido possível os projetos complementares para iniciar o debate e termos o tempo necessário para debater. A **reforma tributária** aprovada, mas sem regulamentação, não vale de nada. Se ela não for regulamentada este ano, corremos o risco de perder todo o trabalho feito até o momento", frisou João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que contribuiu para a criação dos 13 PLPs.

Haddad aponta oportunidades de negócios para empresários nos EUA

WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

No primeiro dia de viagem aos Estados Unidos (EUA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou oportunidades de investimento a empresários norte-americanos e debateu iniciativas para ampliar o financiamento à transição ecológica. Ao longo da semana, o ministro participa, em Washington, de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana.

No primeiro evento, Haddad explicou, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, os efeitos da reforma tributária aprovada no ano passado sobre a oportunidade para investimentos estrangeiros no Brasil. Segundo ele, a reforma resolveu um problema de décadas ao reparar a disfuncionalidade da tributação sobre o consumo no país.

Em relação à regulamentação da reforma tributária, cujos projetos deverão ser enviados na próxima semana ao Congresso, o ministro disse que o detalhamento das regras não "estragará" a reforma constitucional. Haddad afirmou que o Brasil terá um sistema tributário de primeiro mundo a partir de 2027.

Também presente ao evento, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, apresentou um diagnóstico sobre a América Latina. Apesar do desafio de reduzir a imensa desigualdade social no continente, ele disse que a transição ecológica representa uma "janela de oportunidade" para a região. Goldfajn elogiou iniciativas como o hedge (instrumento de proteção cambial) verde, lançado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28), em Dubai.

Em evento paralelo às reuniões desta semana, o ministro da Fazenda debateu a importância de instrumentos e plataformas que financiem iniciativas de transição ecológica. Na abertura do evento, o ministro destacou a importância do compartilhamento das experiências de países como o Brasil para avançar nas políticas de economia sustentável.

Taxar super-ricos Grupo que reúne as 20 maiores economias do planeta, a União Europeia e a União

Africana, o G20 pode chegar a um acordo sobre a taxa de super-ricos até novembro, disse ontem Haddad. Em viagem aos Estados Unidos, o ministro disse que o governo do presidente Joe Biden apoia a medida, proposta pelo Brasil, que exerce a presidência do G20 até novembro.

"Podemos, em julho, e depois, em novembro, soltar um comunicado político com um consentimento dos membros do G20 dizendo que, sim, essa proposta precisa ser analisada, tem procedência e que vale a pena, ao longo de três ou quatro anos, nos debruçarmos sobre ela para ver sobre o que nós estamos falando", disse o ministro, em entrevista coletiva ao lado do ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire.

Site:

<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=838&edicao=21814>

Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos

No primeiro dia de viagem aos Estados Unidos (EUA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou oportunidades de investimento a empresários norte-americanos e debateu iniciativas para ampliar o financiamento à transição ecológica. Ao longo da semana, o ministro participa, em Washington, de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana.

No primeiro evento da terça-feira (16), Haddad explicou, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, os efeitos da **reforma tributária** aprovada no ano passado sobre a oportunidade para investimentos estrangeiros no Brasil. Segundo ele, a reforma resolveu um problema de décadas ao reparar a disfuncionalidade da tributação sobre o consumo no país.

Em relação à regulamentação da **reforma tributária**, cujos projetos deverão ser enviados na próxima semana ao Congresso, o ministro disse que o detalhamento das regras não "estragará" a reforma constitucional. Haddad afirmou que o Brasil terá um sistema tributário de primeiro mundo a partir de 2027.

Também presente ao evento, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, apresentou um diagnóstico sobre a América Latina. Apesar do desafio de reduzir a imensa desigualdade social no continente, ele disse que a transição ecológica representa uma "janela de oportunidade" para a região.

Goldfajn elogiou iniciativas como o hedge (instrumento de proteção cambial) verde, lançado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28), em Dubai.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS Em evento paralelo às reuniões desta semana, Haddad debateu a importância de instrumentos e plataformas que financiem iniciativas de transição ecológica. Na abertura do evento, o ministro destacou a importância do compartilhamento das experiências de países como o Brasil para avançar nas políticas de economia sustentável.

Segundo Haddad, o Brasil tem pioneirismo na área e

está encontrando caminhos importantes.

No entanto, a troca de experiências é fundamental para que os países possam fazer a transição ecológica em grande escala.

O enviado especial da Organização das Nações Unidas para a Ação do Clima, Mark Carney, elogiou a consistência e a estruturação do plano de transição ecológica apresentado durante a presidência brasileira do G20. Ele defendeu reformas radicais no financiamento internacional para o meio ambiente, para que os países tenham recursos para executar esses planos.

O evento paralelo foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 em parceria com o Instituto Clima Sociedade, o Wilson Center e o Brazil Institute.

Nesta quarta-feira (17), Haddad participou de alguns eventos paralelos à reunião do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana.

No primeiro compromisso, às 9h (horário local), na sede do Banco Mundial, o ministro teve presença confirmada no painel "A força tarefa da fome", que visa a engajar líderes globais na luta contra a insegurança alimentar. Participaram ainda representantes dos Estados Unidos, da União Africana, Noruega e África do Sul.

Às 10h30, Haddad esteve em uma discussão sobre tributação internacional, durante evento organizado em parceria entre Brasil e França, na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI). O tema ganhou destaque na reunião do G20 realizada em São Paulo, em fevereiro.

À tarde, o ministro, participou das reuniões da cadeira brasileira do Banco Mundial e do FMI. À noite, às 18h30, participaria de um jantar oficial de trabalho do G20, na sede do FMI.

Site:

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

Índice do BC considerado "termômetro" do PIB sobe 0,4% em fevereiro

RENAN MONTEIRO BRASÍLIA

O Banco Central do Brasil informou ontem que o índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado um "termômetro" do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou alta de 0,40% em fevereiro, na comparação com o mês anterior. Em janeiro, o indicador havia subido 0,60%, na série livre de efeitos sazonais.

Outro parâmetro é o crescimento trimestral móvel, ou seja, os últimos três meses na série. Em dezembro, janeiro e fevereiro, o IBC-Br registrou alta de 1,23%. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 2,34%.

O BC verifica o volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além dos **impostos** sobre a produção. O lado da demanda da população, no entanto, não é considerado. A metodologia do IBGE do **PIB** é mais abrangente, verificando também o consumo das famílias, gastos do governo, investimentos das empresas etc.

Rodolfo Margato, economista da XP, afirma que a atividade econômica ganhou tração nos últimos meses.

-O consumo das famílias permanece sólido em meio ao forte aumento da renda disponível. Além do mercado de trabalho firme e do elevado nível de transferências governamentais, chamamos a atenção para os efeitos dos pagamentos de precatórios no primeiro trimestre de 2024 -disse ele, acrescentando que a projeção para o crescimento do **PIB** em 2024, atualmente em 2%, tem viés de alta.

Já Alberto Ramos, do Goldman Sachs, espera que a atividade continue a se beneficiar de estímulos orçamentais, do aumento do salário mínimo e do crédito.

Em 2023 a economia cresceu 2,9%. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda estima, preliminarmente, que o **PIB** tenha expansão de 2,2% este ano - mesma projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI). O mercado, porém, prevê crescimento de 1,95%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Prévia" do PIB do Banco Central aponta alta de 0,4%

CÉLIA FROUFE, COLABOROU DANIEL TOZZI MENDES

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCB) subiu 0,4% em fevereiro, na série livre de efeitos sazonais.

De janeiro - que registrou alta de 0,52%, após ajuste feito pelo BC - para fevereiro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 148,08 para 148,67 pontos na série dessazonalizada. O resultado é o melhor desde abril de 2023, quando o indicador alcançou 148,88 pontos - o maior nível da série histórica iniciada em janeiro de 2003. O dado de fevereiro do IBC-Br veio um pouco acima da mediana das expectativas coletadas pelo Projeções Broadcast, de avanço de 0,3%.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC" para o Produto Interno Bruto (**PIB**), o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira. Atualmente, o BC prevê crescimento de 1,8% para o **PIB** deste ano, enquanto o governo projeta avanço de 2,2%.

Para o economista-chefe do banco Sicredi, André Nunes, o IBCBr de fevereiro corrobora cenário de que a atividade doméstica no início de ano está mais aquecida de que o projetado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

FMI piora projeção fiscal do Brasil em 2024 e 2025

(Fernanda Perrin/Folhapress)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou a projeção para o déficit primário da economia brasileira em 2024. Em relatório divulgado ontem, o fundo revisou o dado de 0,2% para 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A trajetória para os anos seguintes também piorou. O superávit de 0,2% previsto para 2025 foi revisado para um déficit de 0,3%. Agora, o fundo estima que o Brasil vá chegar a um déficit zero apenas em 2026, e registrar seu primeiro superávit, de 0,4%, em 2027.

Os números são mais pessimistas do que os do Ministério da Fazenda. Na segunda (15), o ministro Fernando Haddad confirmou que a meta prometida de superávit de 0,5% no próximo ano não será alcançada, mas disse que trabalha com o objetivo de zerar o déficit.

Por outro lado, o fundo melhorou a projeção para a dívida bruta brasileira neste ano. No último Monitor Fiscal, divulgado em outubro, a estimativa era de um percentual de 90,3% do **PIB** neste ano e 92,4% no próximo. Agora, o FMI projeta 86,7% e 89,3%, respectivamente.

Em ambos os cenários, a trajetória é de alta nos próximos anos. A diferença é que o fundo vê isso acontecer agora em um ritmo mais lento, chegando a 93,9% do **PIB** em 2029, percentual inferior aos 96% estimados anteriormente para o ano.

Eleições - No relatório Monitor Fiscal, divulgado nesta quarta (17), o FMI também fez um apelo aos países para que resistam à tentação de aumento de gastos em ano eleitoral em 2024, um recorde de 88 economias foram ou vão às urnas. Na visão do fundo, o mundo enfrenta uma situação fiscal frágil, com altos níveis de endividamento pós-pandemia agravados por um patamar elevado de taxas de juros, que encarecem o custo da dívida.

Segundo o fundo, pesquisas mostram que o déficit registrado em anos eleitorais tendem a superar as projeções em 0,4 ponto percentual.

"Esforços duradouros de consolidação fiscal são necessários para garantir finanças públicas

sustentáveis e reconstruir reservas em um contexto de perspectivas de crescimento de médio prazo em desaceleração e altas taxas de juros reais. O aperto fiscal também apoiaria a 'última milha' da desinflação, especialmente em economias superaquecidas", afirma o fundo.

A instituição alerta, porém, que de 2022 para 2023, o percentual de países que implementaram medidas de ajuste fiscal caiu de 70% para 50%. A dívida pública global chegou a 93% do **PIB**, número 9 pontos acima do registrado pré-pandemia, escrevem os economistas do fundo Era Dabla-Norris, Vitor Gaspar, Marcos Poplawski- -Ribeiro e Jiae Yoo.

A estimativa é que a dívida pública global alcance 99% do **PIB** em 2029, puxada por EUA e China. Para mitigar esse cenário, o FMI pede que os países criem regras fiscais e terminem imediatamente estímulos criados durante a pandemia, inclusive subsídios a energia.

O Fundo também recomenda que as receitas de **impostos** sejam equilibradas com os gastos. No caso de países emergentes, o fundo vê espaço para ampliação da arrecadação via modernização do sistema tributário, ampliação da base de contribuintes e melhora da capacidade institucional de cobrá-los. Nesse sentido, o Brasil é citado como um dos exemplos de economias que promoveram uma reforma recentemente com esses objetivos.

Ao mesmo tempo, o FMI vê como oportunidades esforços multilaterais de reestruturação da dívida de países pobres, uma prioridade do G20, taxaço de empresas e precificação de carbono. Esses dois últimos esforços, principalmente, são um caminho para bancar gastos necessários na transição energética e proteção da população mais vulnerável, enumera o fundo.

"Esforços duradouros de consolidação fiscal são necessários para garantir finanças públicas sustentáveis e reconstruir reservas em um contexto de perspectivas de crescimento de médio prazo em desaceleração e altas taxas de juros reais"

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-18-04-2024/>

FMI piora projeção de déficit do Brasil para 2024 e 2025

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou sua projeção para o déficit primário da economia brasileira em 2024. Em relatório divulgado nesta quarta-feira, o fundo revisou o dado de 0,2% para 0,6% do **PIB**. A trajetória para os anos seguintes também piorou. O superávit de 0,2% previsto para 2025 foi revisado para um déficit de 0,3%. Agora, o fundo estima que o Brasil vai chegar a um déficit zero apenas em 2026, e registrar seu primeiro superávit, de 0,4%, em 2027.

"O caminho de consolidação fiscal das autoridades [brasileiras] visa a uma melhoria na posição da política fiscal no médio prazo, mas a incerteza quanto ao futuro permanece", afirmou Vítor Gaspar, diretor do departamento de assuntos fiscais do FMI, em coletiva de imprensa ontem.

A análise é que o alto endividamento e os custos incertos de financiamento da dívida pública exigem do Brasil, assim como de outros países em situação parecida, políticas fiscais e gestão de dívida mais "prudentes".

"Colocar a dívida pública do Brasil em um caminho descendente exigirá um esforço fiscal mais ambicioso e sustentável, ancorados no arcabouço fiscal, protegendo gastos sociais prioritários e gastos com investimentos ao mesmo tempo." Os números são mais pessimistas do que os do Ministério da Fazenda.

Na segunda-feira, o ministro Fernando Haddad confirmou que a meta prometida de superávit de 0,5% no próximo ano não será alcançada, mas disse que trabalha com o objetivo de zerar o déficit.

Por outro lado, o fundo melhorou a projeção para a dívida bruta brasileira neste ano. No último Monitor Fiscal, divulgado em outubro, a estimativa era de um percentual de 90,3% do **PIB** neste ano e 92,4% no próximo. Agora, o FMI projeta 86,7% e 89,3%, respectivamente.

Em ambos os cenários, a trajetória é de alta nos próximos anos. A diferença é que o fundo vê isso acontecer agora em um ritmo mais lento, chegando a 93,9% do **PIB** em 2029, percentual inferior aos 96% estimados anteriormente para o ano.

No relatório Monitor Fiscal, divulgado ontem, o FMI também fez um apelo aos países para que resistam à

tentação de aumento de gastos em ano eleitoral - em 2024, um recorde de 88 economias foram ou vão às urnas, como o Brasil (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

FMI piora projeção fiscal brasileira para este ano

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou as projeções fiscais para o Brasil em 2024 e nos próximos anos na esteira da mudança das metas anunciadas pela equipe econômica no início da semana. Com base no novo cenário, o país deve seguir no vermelho até o fim do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a dívida pública deve aumentar para patamares que só perdem para nações como o Egito e a Ucrânia.

O FMI estima que o Brasil tenha déficit primário de 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano e de 0,3% em 2025.

Pelos cálculos da instituição, o país atingiria o zero a zero apenas em 2026. A partir de 2027, o Brasil voltaria para o azul, com superávit de 0,4% do **PIB**, seguido por melhorias ano a ano até 2029, última projeção divulgada pelo organismo.

As novas projeções constam do relatório Monitor Fiscal, publicado ontem, em paralelo às reuniões de Primavera do FMI, que acontecem nesta semana em Washington, nos Estados Unidos. As estimativas representam ainda uma piora frente ao cenário traçado pelo Fundo na última versão do documento, em outubro, que apontava déficit primário de 0,2% do **PIB** em 2024 e superávit de 0,2% no ano seguinte.

As projeções mais céticas do FMI ocorrem dias após o anúncio de metas fiscais menos ambiciosas por parte do governo brasileiro. O alvo de 2025 foi reduzido de superávit de 0,5% do **PIB** para zero. Para 2024, o governo manteve a meta zero, enquanto a de 2026 caiu de 1% para 0,25%. "O ajuste foi feito para, à luz do aprendizado de mais de um ano nós estabelecermos uma trajetória que está completamente em linha com o que se espera no médio prazo de estabilidade da dívida", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na prática, o FMI não vê o novo arcabouço fiscal estabilizando a dívida do país, que deve seguir em alta nos próximos anos. O Fundo espera que a dívida pública bruta alcance 86,7% do **PIB** neste ano, ante 84,7% em 2023. O indicador deve continuar em expansão e atingir o patamar de 90,9% do **PIB** em 2026.

Contudo, as novas projeções do FMI são melhores do

que as do Monitor Fiscal de outubro, que previa que a proporção da dívida versus o **PIB** chegaria a 90,3% já neste ano, ante 88,1% em 2023. Ao seguir elevando o endividamento, o país seguirá em uma situação pior do que os pares emergentes, cuja média estimada é de 70,3%. Até a Argentina estaria em posição um pouco melhor, com uma dívida de 86,2% do **PIB** neste ano.

0,6% é a estimativa do déficit primário do **PIB** em 2024. Para 2025, a previsão é de 0,3%.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11055>

FMI melhora previsão da dívida pública do Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou a previsão da dívida pública brasileira, mas piorou a previsão do déficit primário. A dívida bruta vai subir de 84,7% do **PIB** em 2023 para 86,7% neste ano. E seguirá numa crescente nos próximos cinco anos, mas em ritmo menor do que o previsto anteriormente. Os dados constam do relatório Monitor Fiscal, divulgado nesta quarta-feira pelo Fundo, que recomendou ao Brasil fazer "um esforço fiscal mais ambicioso".

Na última edição do relatório, de outubro, a previsão era que a dívida do país encerrasse este ano em 90,3% do **PIB**, mais de três pontos percentuais acima do número que está na nova versão.

No longo prazo, a estimativa era que a dívida do país alcançasse 96% do **PIB** em 2028, último ano para o qual havia previsão. No relatório divulgado hoje, esse número caiu para 93,4%. E, no ano seguinte, ela atingirá 93,9%, segundo as projeções.

Já a estimativa de déficit das contas públicas para este ano subiu de 0,2% para 0,6%. A projeção para os dois anos seguintes também piorou. O superávit de 0,2% previsto para 2025 foi revisado para um déficit de 0,3%.

E, agora, o Fundo prevê que o Brasil vai chegar a um déficit zero apenas em 2026. Ou seja, as contas só voltariam ao azul no próximo governo.

Fazenda O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em Washington, onde participa das reuniões de primavera do FMI e Banco Mundial, que as projeções fiscais do FMI estão "mais próximas do que parecem" dos números do governo. Haddad já havia dito, mais cedo, que outro ponto importante dos dados de hoje é a trajetória da dívida.

"O FMI começa a se aproximar da nossa trajetória de dívida. E a estabilidade da dívida pública depois da pandemia talvez seja uma das metas mais importantes que nós temos que perseguir", afirmou Haddad.

Ele complementou que esse indicador deve contribuir para a melhora das notas de crédito do Brasil.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

BC e FMI alertam para risco fiscal no Brasil

Projeções que apontam aumento do deficit público deste ano para 0,6% do **PIB**, e as contas "no azul" somente em 2027, após o último ano do mandato de Lula, causam preocupação no Fundo Monetário Internacional. Diretor do departamento de assuntos fiscais do FMI, Vítor Gaspar avalia que o governo brasileiro deveria agir com mais "prudência" em relação às políticas fiscais e à gestão da dívida. "Colocar a dívida pública do Brasil em um caminho descendente exigirá um esforço fiscal mais ambicioso e sustentável", avaliou.

Já o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, advertiu que a mudança na meta fiscal, anunciada esta semana, sinaliza incertezas e pode levar ao fim do ciclo de cortes nos juros.

Ao Correio, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que o Brasil terá um ciclo econômico de crescimento. PÁGINAS 9 E 10

Projeção fiscal do Brasil piora

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou as projeções fiscais para o Brasil em 2024 e nos próximos anos, na esteira da mudança das metas anunciada pela equipe econômica no início da semana.

Com base no novo cenário, o país deve seguir com as contas públicas no vermelho até o fim do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a dívida pública deve aumentar para patamares que só perdem para nações como o Egito e a Ucrânia.

O FMI estima que o Brasil tenha déficit primário de 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano e de 0,3% em 2025. Pelos cálculos da instituição, o país atingiria o zero a zero apenas em 2026, último ano da gestão de Lula.

A partir de 2027, o Brasil voltaria para o azul, com superávit de 0,4% do **PIB**, seguido por melhorias ano a ano até 2029, última projeção divulgada pela instituição.

As novas projeções constam do relatório Monitor Fiscal, publicado ontem, em paralelo às reuniões de primavera do FMI, que acontecem nesta semana em Washington, nos Estados Unidos.

As estimativas representam ainda uma piora frente ao cenário traçado pela instituição na última versão do documento, em outubro, que apontava déficit primário de 0,2% do **PIB** em 2024 e superávit de 0,2% no ano seguinte.

Ceticismo As estimativas mais céticas do FMI ocorrem dias após o anúncio de metas fiscais menos ambiciosas por parte do governo Lula. O alvo de 2025 foi reduzido de superávit de 0,5% do **PIB** para zero. Para 2024, o governo manteve a meta zero, enquanto a de 2026 caiu de 1% para 0,25%.

Na prática, o FMI não vê o novo arcabouço fiscal estabilizando a dívida do país, que deve seguir em alta nos próximos anos. O Fundo espera que a dívida pública bruta do país alcance 86,7% do **PIB** neste ano, ante 84,7% em 2023. O indicador deve continuar em expansão e atingir o patamar de 90,9% do **PIB** em 2026, último ano do governo Lula.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240418&edicao=29973>

Indicador do BC também indica economia forte no 1º tri

Anais Fernandes e Gabriel Shinohara

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,4% em fevereiro, na comparação dessazonalizada com o mês anterior, conforme divulgou ontem a autoridade monetária.

Apesar da desaceleração em relação à alta de 0,52% de janeiro, o resultado veio em linha com a mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data e foi considerado pelos especialistas como mais um número forte.

"O IBC-Br está em uma sequência de quatro altas mensais, sendo que as últimas três foram bem relevantes, inclusive fevereiro", afirma Vitor Martello, economista-chefe da Parcitas Investimentos.

Em 12 meses, o indicador apresentou avanço de 2,34%. Devido às constantes revisões, o indicador acumulado é mais estável do que a medição mensal. Em relação a fevereiro do ano passado, por sua vez, houve alta de 2,59%.

"Corroboramos um crescimento mais robusto no primeiro trimestre, puxado pelo consumo e pelos investimentos", diz André Nunes de Nunes, economista-chefe do Sicredi, sobre o resultado do IBC-Br de fevereiro.

Para Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas, o IBC-Br refletiu a "resiliência bastante grande do comércio" no mês, com a contínua demanda da população por esses produtos.

O IBC-Br agrega, além de informações sobre a agropecuária, os resultados das pesquisas do IBGE em três grandes setores, que mostraram, em fevereiro, alta de 1,2% nas vendas do varejo ampliado (inclui veículos, material de construção e atacarejo) e quedas de 0,9% no volume de serviços prestados e de 0,3% na produção industrial.

"Resumindo a atividade econômica em fevereiro, vimos um varejo que surpreendeu muito para cima e os serviços para baixo, ao contrário do que o mercado esperava", diz Carvalho.

A indústria, apesar da queda agregada, mostrou uma composição mais favorável, segundo economistas.

E, ainda que os serviços tenham surpreendido para baixo, a perspectiva para a atividade geral em março é de crescimento, com os três setores registrando variação positiva, estima Carvalho.

A "herança estatística" até fevereiro para o IBC-Br no primeiro trimestre está em 1,3%. O BNP Paribas projeta crescimento de 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos três primeiros meses de 2024, em relação aos três últimos de 2023.

O IBC-Br tem metodologia distinta das contas nacionais calculadas pelo IBGE. O indicador do BC, de frequência mensal, permite acompanhamento mais frequente da evolução da atividade econômica, enquanto o **PIB**, de frequência trimestral, descreve um quadro mais abrangente da economia.

"Por um lado, a agropecuária vai ser menos ruim do que o imaginado inicialmente. Além disso, a indústria tem apresentado um desempenho melhor, principalmente por causa da extrativa e da construção civil", afirma Carvalho.

Já a demanda em comércio deve aparecer no **PIB** do primeiro trimestre dentro do grupo de serviços, pelo lado da oferta, e do consumo das famílias, pelo lado da demanda, aponta a economista do BNP Paribas.

Na mesma linha, ainda que o ritmo de crescimento geral da atividade desacelere em março, "podemos contar com um crescimento robusto do **PIB** do primeiro trimestre de 2024", afirma a equipe da Terra Investimentos em comentário a clientes.

A Terra projeta, preliminarmente, mais uma alta de 0,4% para o IBC-Br em março, na comparação com fevereiro.

ALCA Consultores prevê, de forma preliminar, estabilidade do indicador. "Também estamos vendo o movimento de alta, com surpresas recentes na atividade, mas adotamos uma postura mais cautelosa", diz Rodrigo Nishida, economista-sênior da consultoria.

A MCM Consultores tem projeção preliminar para março de ligeiro recuo do IBC-Br, de 0,3% em relação a fevereiro.

Por trás dessa expectativa, a consultoria espera alta de 1,2% da indústria, mas quedas para o varejo ampliado (1,1 %) e serviços (0,4%), "além de forte redução do número de dias úteis em relação a março passado (23 para 20), contribuindo para retrações interanuais em todas as pesquisas", diz a MCM em relatório.

2,3% é a alta do IBC-Br em 12 meses até fev/24

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1§ion=1)**

BC: mudança na meta afeta os juros

» **RAFAELA GONÇALVES**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a dar recados sobre a mudança na meta fiscal e sinalizou que o aumento de incertezas pode levar ao fim do ciclo de cortes na taxa básica de juros (Selic). Em evento com investidores em Washington, nos Estados Unidos, o banqueiro atribuiu parte da incerteza ao cenário externo e, em menor parte, à piora do ambiente no Brasil, decorrente da alteração.

"Tivemos uma revisão fiscal, em direção ao que o mercado esperava. Mas o problema, e mencionamos isso, é que as âncoras fiscal e monetária são intimamente relacionadas. Se perde credibilidade, ou se há mais questionamentos sobre a âncora fiscal, fica mais caro do outro lado", disse.

Segundo o chefe da autoridade monetária, a mudança torna "mais difícil" o trabalho do BC.

"A evidência do que vimos nos últimos dias nos mostra que o mercado ficou mais preocupado com relação ao fiscal, e qual vai ser o equilíbrio fiscal no futuro, com efeito no prêmio de risco, o que torna o trabalho mais difícil e custoso", avaliou.

Ele reforçou que a mudança das metas para as contas públicas por si só não gera uma relação mecânica na definição da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), e que será necessário algum tempo para entender os efeitos nas variáveis observadas pelo colegiado.

Campos Neto alertou que a **inflação** voltou a ser a principal fonte de riscos para a economia global e garantiu que "não tem medo de fazer o que é necessário" para a convergência à meta.

"As expectativas de **inflação** são muito relevantes para nós.

Não há dúvida de que é muito importante manter as expectativas de **inflação** ancoradas. Sabemos que teremos um trabalho difícil pela frente. Vamos fazer o que for necessário para ancorar as expectativas de **inflação**", destacou.

Outro fator mencionado pelo presidente do BC foi o câmbio.

Em meio aos conflitos no Oriente Médio, o dólar disparou nos últimos dias. O presidente do BC

reforçou que o Brasil tem uma taxa de câmbio flutuante e que a autoridade monetária só deve intervir em caso de disfuncionalidades, afastando as especulações sobre novos leilões e operações extras de swap.

Por outro lado, com a percepção de que o início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos está cada vez mais distante, é esperado também um impacto sobre o dólar no Brasil, indicando também novas pressões sobre a **inflação**.

FMI cobra mais esforço fiscal

RAPHAEL PATI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou a projeção de deficit fiscal primário do Brasil para 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, contra a estimativa anterior de deficit de 0,2%. O relatório Monitor Fiscal, divulgado ontem, prevê que o Brasil encerre o ano de 2025 com deficit de 0,3% e somente em 2027, ou seja, após o último ano de mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é que o país fecharia as contas no azul, com um superavit de 0,4% do **PIB**.

A publicação do relatório ocorre em meio às reuniões de Primavera, durante esta semana, em Washington, nos EUA.

Em entrevista coletiva realizada no evento, o diretor do departamento de assuntos fiscais do FMI, Vítor Gaspar, ressaltou que o governo brasileiro tem o objetivo de melhorar a posição fiscal do país, embora considere que ainda há incertezas em relação ao futuro.

Para o diretor, o governo brasileiro deveria agir com mais "prudência" com relação às políticas fiscais e à gestão da dívida. "Colocar a dívida pública do Brasil em um caminho descendente exigirá um esforço fiscal mais ambicioso e sustentável, ancorado no arcabouço fiscal, protegendo gastos sociais prioritários e gastos com investimentos ao mesmo tempo", avaliou o diretor.

Apesar disso, o FMI melhorou a projeção da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) do Brasil para os próximos anos. No último relatório, o fundo estimava a relação dívida/**PIB** em 90,3%, em 2024, e em 92,4%, em 2025.

Nesta última publicação, as novas projeções são de uma dívida de 86,7% neste ano e de 89,3% no ano que vem.

A publicação do Fundo Monetário Internacional traz números menos otimistas do que os divulgados pelo governo federal nesta semana. Na última segunda-feira (15/4), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a pasta ainda está empenhada em alcançar o deficit zero no ano que vem, apesar de ter reconhecido que a meta de 0,5% seja inalcançável dentro da realidade atual.

Ontem, em Washington, Haddad avaliou positivamente

a mudança na projeção do FMI. Segundo ele, o fato de o fundo anunciar que a dívida brasileira está em um ritmo de estabilização menos acelerado do que era suposto anteriormente é "significativo".

"Se tem uma pessoa que nunca negou que nós temos um desafio fiscal, é esse que vos fala", disse o ministro, em entrevista.

"O mais importante para nós é que o FMI comece a rever a trajetória da dívida, porque todo esse esforço tem a ver com essa trajetória. E o fato de ele ter melhorado substancialmente as projeções da dívida brasileira no conceito do próprio FMI é muito importante para nós, porque no conceito brasileiro, que é um pouco diferente, também a trajetória da dívida melhora", acrescentou o ministro.

Justiça tributária Além de comentar sobre a nova avaliação do fundo, o ministro da Fazenda tratou sobre o tema da tributação internacional, em seu pronunciamento oficial durante o evento nos EUA. Ele acredita que o tema não é mais discutido apenas no campo progressista da economia, e sim, se tornou uma preocupação fundamental que se encontra no "cerne da gestão macroeconômica contemporânea".

"Em um mundo onde as atividades econômicas são cada vez mais transnacionais, nós temos de encontrar maneiras novas e criativas de tributar tais atividades, direcionando receitas para esforços globais comuns, como acabar com a fome, a pobreza e combater as mudanças climáticas", disse o ministro, durante o discurso.

Haddad destacou que o tema da justa tributação internacional será discutido durante a reunião ministerial de julho, do G20, que vai acontecer no Rio de Janeiro. Ele ainda ressaltou que o Brasil quer ajudar a promover o consenso internacional em torno de uma nova convenção do quadro das Nações Unidas, o que seria, para o ministro, um "passo decisivo" para um regime de tributação internacional e permanente evolução, no intuito de promover a justiça tributária em nível mundial.

"Nós podemos apresentar uma plataforma de transformação sócio ambiental condizente com os desafios globais. O mundo tem recursos para isso, o mundo tem inteligência para isso, o mundo tem tecnologia para isso, e nós precisamos de coragem política para dizer ao mundo o que o mundo pode esperar de todos nós", defendeu, ainda, o ministro.

FMI cobra esforço fiscal mais ambicioso

ALEXANDRA BICCA\ DANIELLE NOGUEIRA, VICTORIA ABEL E RENAN MONTEIRO

No mesmo dia em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou ao Brasil "um esforço fiscal mais ambicioso" -apontando que o país terá um déficit maior que o previsto anteriormente -o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, citou o papel do Congresso no avanço das medidas de ajuste fiscal. Parlamentares, inclusive da base aliada, reagiram e cobraram mais diálogo com o ministro. Também nos Estados Unidos, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que a "maior incerteza sobre âncora fiscal" afeta a política de juros.

O relatório do FMI foi concluído antes de o governo mudar a meta de resultado das contas públicas de 2025 -que saiu de um superávit de 0,5% do **PIB** para um resultado zero, ou seja, receitas iguais às despesas.

No relatório Monitor Fiscal, o FMI estima que a dívida bruta vai subir de 84,7% do **PIB** em 2023 para 86,7% neste ano. E seguirá numa crescente nos próximos cinco anos, mas em ritmo menor do que o previsto anteriormente. O FMI usa um critério para a dívida diferente do BC, que não considera títulos do Tesouro Nacional em posse da autoridade monetária -por esse entendimento, a dívida foi o equivalente a 74,3% do **PIB** em 2023.

Na última edição do relatório, de outubro, a previsão era que a dívida do país encerrasse este ano em 90,3% do **PIB**.

Já a estimativa do Fundo para o déficit das contas públicas para este ano subiu de 0,2% para 0,6% do **PIB** -a meta do governo é um resultado zero. E, agora, o Fundo prevê que o Brasil vai chegar a um déficit zero apenas em 2026.

O Fundo faz ainda um alerta para a tendência de crescimento dos gastos públicos este ano, quando serão realizadas eleições em vários países, e cita o Brasil entre os que vão às urnas. O país tem eleições municipais.

Haddad disse que avaliou como positiva a revisão da trajetória da dívida, mas reconheceu o desafio fiscal.

-O fato de que o FM I está dizendo que a nossa dívida está estabilizando num patamar menor do que eles supunham inicialmente é significativo, mas o desafio

existe. Se tem uma pessoa que nunca negou que nós temos um desafio fiscal, é esse que vos fala -afirmou.

RECADO AO CONGRESSO

O ministro disse ainda que as projeções estão "mais próximas do que parecem" dos números do governo e que a avaliação deve contribuir para a melhora das notas de crédito do Brasil.

Indagado ontem sobre a mudança da meta fiscal, durante os intervalos das reuniões de primavera do Fundo, Haddad destacou o papel do Congresso no avanço da agenda de ajuste das contas públicas: - Estamos acompanhando a evolução das votações no Congresso. Teve evolução positiva ontem (terça-feira).

O ministro se referiu à medida provisória (MP) que limita o pagamento de compensações, aprovada em comissão do Congresso, e que tem potencial de aumentar as receitas do governo. Mais tarde, Haddad reiterou que o cumprimento das metas está diretamente relacionado às decisões que o Congresso vai tomar nos próximos dias: - Congresso e Judiciário têm muitas coisas que dependem deles para que nós possamos fechar as contas deste ano e do ano que vem.

Na véspera, ele havia afirmado que nem tudo que a Fazenda entende que é "justo, correto e vai na direção correta vai ser recebido pelo Congresso com a mesma sensibilidade".

Enquanto isso, porém, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede um aumento salarial de 5% a cada cinco anos de serviço para membros do Judiciário e do Ministério Público. O texto ainda precisa ir para o plenário da Câmara e do Senado.

PARLAMENTARES REAGEM

Parlamentares da base do governo afirmam que o ministro da Fazenda conquistou a aprovação de diversos projetos no ano passado na medida em que se aproximava diretamente de deputados e senadores.

-Acho que o melhor que o Haddad pode fazer é intensificar o diálogo com os parlamentares. Mensagem funciona pouco -disse o líder do PDT na Câmara, Afonso Motta (RS).

No Senado, líderes afirmam que estão abertos ao diálogo.

- Basta o ministro nos ligar. Ano passado ele falou mais conosco -afirmou o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA).

O líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), lembrou que Haddad conseguiu persuadir os parlamentares em diversas votações importantes para a Fazenda.

-Acredito que o Congresso contribuiu bastante ao aprovar a agenda econômica do governo que deu uma arrecadação extraordinária ao governo, bem maior do que eventual e pontual projeto de maior gasto -disse.

Haddad e sua equipe têm negociado a redução de benefícios do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a reoneração gradual da folha de pagamento dos municípios e de setores da economia e o projeto que limita a compensação tributária para créditos oriundos de decisões judiciais. Um novo conjunto de medidas arrecadatórias já está no radar da Fazenda.

BC VÊ PIORA NA EXPECTATIVA

Também na capital americana, Roberto Campos Neto disse que a incerteza sobre a âncora fiscal deixa mais custoso o trabalho para o controle da **inflação** por meio da política de juros.

- Se você perde credibilidade ou se você está indo para um cenário de maior incerteza sobre a âncora fiscal, isso torna mais custoso o trabalho do outro lado - afirmou. - Nós sempre defendemos que se deveria permanecer com a meta e fazer o que fosse necessário para atingi-la. Entendemos que houve uma necessidade de mudança.

Em março, o BC reduziu a taxa básica de juros em mais 0,5 ponto percentual, para 10,75% ao ano. Desde então, as expectativas para os juros mudaram, e especialistas revisaram para cima suas projeções.

-Parte da deterioração (das expectativas) tem, diferentemente de outros países, e ao menos parcialmente, essa explicação (sobre fiscal). Temos outros ruídos, como Petrobras, Vale etc. Mas parte disso está relacionada à percepção de que a revisão do fiscal faz da sustentabilidade da dívida um objetivo mais difícil de atingir - afirmou o presidente do BC. (*Especial para O GLOBO)

"Congresso e Judiciário têm muitas coisas que dependem deles para que nós possamos fechar as contas deste ano e do ano que vem"

"Se tem uma pessoa que nunca negou que nós temos um desafio fiscal, é esse que vos fala" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FMI projeta aumento da dívida bruta do Brasil pelo menos até 2029

Sérgio Lamucci e Marcelo Osakabe

A dívida bruta pública brasileira vai aumentar de 84,7% do **PIB** em 2023 para 86,7% do **PIB** neste ano, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que também estima alta nos cinco anos seguintes. Para a instituição, o indicador alcançará 93,9% do **PIB** em 2029, o ano mais distante para o qual o Fundo fez previsões. Esses números indicam que, nos cálculos do FMI, o novo arcabouço fiscal, que entrou em vigor neste ano, não vai estabilizar a dívida nesse horizonte. As previsões do Fundo para o resultado primário (que exclui gastos com juros) nos próximos anos, por sua vez, tiveram uma piora em relação aos números divulgados em outubro.

A estimativa da instituição para o endividamento bruto brasileiro em 2024 é a quarta maior de um grupo de 36 países emergentes, liderada por Egito, com 96,4% do **PIB**, Ucrânia, com 94% do **PIB**, e China, com 88,6% do **PIB**. As projeções fazem parte do Monitor Fiscal, relatório divulgado ontem. Segundo o documento, a média dos emergentes neste ano deve ficar em 70,3% do **PIB**. Acompanhada com atenção pelos especialistas em contas públicas, a dívida bruta é um dos indicadores mais importantes de solvência de um país.

Dois dias após a equipe econômica anunciar o afrouxamento das metas fiscais para o próximo ano, o FMI apontou a importância de um "esforço mais ambicioso" para que o país consiga recolocar a dívida em uma trajetória cadente. Questionado sobre a mudança da meta brasileira na entrevista em que apresentou a nova edição do Monitor Fiscal, o diretor do Departamento de Finanças Públicas do FMI, Vítor Gaspar, evitou comentar o assunto diretamente, mas afirmou que a incerteza sobre a consolidação fiscal "permanece alta".

"O endividamento e os custos incertos de financiamento pedem, no Brasil como em outros países, uma política fiscal e gerenciamento da dívida prudentes", afirmou Gaspar. "Colocar o Brasil numa trajetória descendente de dívida requer um esforço fiscal mais ambicioso e contínuo, que deve ser ancorado na nova regra fiscal ao mesmo tempo que protege o gasto social e o investimento."

Embora espere aumentos contínuos do endividamento

bruto do Brasil ao longo dos próximos anos, o FMI passou a estimar uma trajetória de alta um pouco menos acentuada no período. Em outubro do ano passado, o Fundo projetava dívida bruta de 90,3% do **PIB** em 2024 e de 96% do **PIB** em 2028, acima dos 86,7% do **PIB** e dos 93,4% do **PIB** projetados, pela ordem, no relatório publicado ontem - em outubro, o FMI não tinha divulgado previsões para 2029.

Desde outubro de 2023, o Fundo melhorou as projeções de crescimento para a economia brasileira, um fator que ajuda a melhorar a trajetória esperada para a dívida como proporção do **PIB**. O FMI esperava em outubro um crescimento de 1,5% em 2024 e de 1,9% em 2025, números que subiram para 2,2% e 2,1% na edição do Panorama Econômico Mundial divulgado na terça-feira, com a atualização das projeções de crescimento.

O FMI usa um critério diferente do utilizado pelo Banco Central (BC) brasileiro para calcular a dívida bruta do país. Enquanto o Fundo considera na conta os títulos do Tesouro na carteira do BC, a metodologia da autoridade monetária brasileira os exclui. Pelo conceito brasileiro, a dívida bruta ficou em 75,5% do **PIB** em fevereiro deste ano, tendo encerrado 2023 em 74,4% do **PIB**.

As estimativas do governo para a dívida bruta mostram uma trajetória bem mais favorável do que a do FMI. Pelas previsões apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, divulgado na segunda-feira, mesmo com um afrouxamento das metas fiscais, o indicador deverá subir até 79,7% do **PIB** em 2027, passando a recuar gradualmente ao longo dos anos seguintes; em 2029, ficaria em 79,3% do **PIB**. Em 2034, em 74,5% do **PIB**. Já o consenso dos economistas ouvidos pelo BC indica alta contínua do indicador até 2031, quando atingiria 85,686% do **PIB**, recuando modestamente nos dois anos seguintes. Em 2033, ano mais distante para o qual há projeções, a dívida bruta ficaria em 85% do **PIB**.

As projeções do FMI foram elaboradas antes da divulgação das novas metas de resultado primário do governo central pela equipe econômica no PLDO. O governo reduziu o alvo de 2025 de um superávit de 0,5% do **PIB** para zero, enquanto a meta de 2026 caiu de um superávit de 1% do **PIB** para um saldo positivo

de 0,25% do **PIB**. No Monitor Fiscal, o FMI estima que haverá um déficit primário de 0,6% do **PIB** em 2024 (a meta deste ano do governo foi mantida em zero) e de 0,3% do **PIB** em 2025. No ano seguinte, o rombo deverá ser zerado, nas projeções do Fundo.

Em outubro do ano passado, o FMI tinha projeções melhores para o resultado primário do Brasil. A estimativa era de um déficit de 0,2% do **PIB** em 2024, enquanto as previsões para 2025 e 2026 eram de superávits de 0,2% do **PIB** e de 0,7% do **PIB**, pela ordem. As projeções mais fortes de crescimento obviamente melhoram a trajetória esperada para a dívida como proporção do **PIB**, ao passo que as estimativas mais fracas para o resultado primário a pioram.

A série de dados para o resultado primário do Brasil que aparece no Monitor Fiscal de 2015 a 2023 não coincide com os números do setor público consolidado, que inclui o governo federal, Estados, municípios e estatais não financeiras, excluindo Petrobras e Eletrobras. As estatísticas tampouco são as da série do governo central, que reúne Tesouro, **INSS** e Banco Central. No arcabouço, as metas do governo são para o resultado do governo central.

No relatório, o FMI diz que algumas economias têm implementado reformas fiscais para fortalecer os arcabouços fiscais e impulsionar o crescimento potencial (aquele que não acelera a **inflação**), citando como exemplo o Brasil. De acordo com o Fundo, o país introduziu novas regras fiscais - uma referência à lei do novo arcabouço, aprovada em 2023 - e passou no Congresso a **reforma tributária**, uma iniciativa para simplificar e melhorar a eficiência do sistema de **impostos**.

O FMI e o Banco Mundial realizam nesta semana em Washington a tradicional reunião de primavera (no hemisfério Norte).

Estimativas do governo mostram uma trajetória bem mais favorável do que a do FMI

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1§ion=1)

Avaliação do FMI sobre trajetória da dívida "é positiva", diz Haddad

Alexandra Bicca

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou nesta quarta-feira, 17, como positiva a revisão da trajetória da dívida brasileira projetada pelo FMI no relatório Monitor Fiscal, divulgado também nesta quarta. O Fundo recomendou ao Brasil fazer "um esforço fiscal mais ambicioso".

"O fato de que o FMI está dizendo que a nossa dívida está estabilizando num patamar menor do que eles supunham inicialmente é significativo, mas o desafio existe", disse Haddad.

O Fundo estima que a dívida bruta vai subir de 84,7% do **PIB** em 2023 para 86,7% neste ano. E seguirá numa crescente nos próximos cinco anos, mas em ritmo menor do que o previsto anteriormente. O FMI também estima que o superávit fiscal ocorrerá apenas em 2027. O governo brasileiro estima que isso ocorrerá em 2026.

Haddad disse que o governo segue vigilante em relação às medidas em tramitação no Congresso, caso da MP 1.202, sobre compensações de créditos tributários. Ele afirmou ainda que, se necessário, o governo recorrerá ao Judiciário se medidas aprovadas impactarem a reforma da Previdência.

O ministro disse que medidas a respeito do déficit zero estão avançando no Congresso.

Questionado sobre os comentários do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acerca da relação entre políticas fiscal e monetária, Haddad disse que não comentaria as declarações sem conhecer o contexto. Na segunda-feira, Campos Neto disse, após o governo mudar a meta fiscal para 2025, que o trabalho do BC fica mais difícil se houver percepção de que não existe âncora fiscal.

Haddad também afirmou que tem esperanças de alcançar um acordo em julho, dentro do G20, para chegar a uma declaração conjunta sobre tributação internacional. Ele ressaltou que isso é prioridade nessas reuniões do FMI e da presidência do Brasil no G20.

"Em um mundo onde as atividades econômicas são cada vez mais transnacionais, nós temos que

encontrar maneiras novas e criativas de tributar tais atividades, direcionando receitas para esforços globais comuns, como acabar com a fome e a pobreza e combater as mudanças climáticas", disse o ministro.

Haddad tem priorizado a taxação de super-ricos como um dos principais temas da presidência brasileira do G20. Na reunião ministerial do grupo em São Paulo, no fim de fevereiro, o ministro da Fazenda disse que trabalha para uma proposta "equilibrada, porém ambiciosa" sobre o tema.

O ministro, contudo, não deu detalhes sobre essa declaração conjunta, ou pontos que podem avançar na construção deste consenso. Haddad disse que é viável soltar um **comunicado** político em julho ou novembro, em meio aos eventos do G20 no Brasil, lembrando que essa é uma proposta que depende do consenso de todos os países.

Para o ministro, o apoio da França à proposta brasileira é "muito significativo". Ele destacou ainda que o Brasil vai se dedicar às agendas definidas pelo presidente Lula: taxação de super-ricos e combate à fome e à pobreza.

Em entrevista coletiva após ao debate do qual participaram a di-retora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, e o ministro de Economia e Finanças da França, Bruno Le Maire, Haddad também falou sobre as brechas tributárias que por muito tempo permitiram para as pessoas fazerem planejamento tributário do seu patrimônio.

Segundo ele, o país tem uma das alíquotas mais baixas sobre heranças. E, na avaliação dele, buscar receitas é fundamental para o mundo, que tem causas urgentes como combate à miséria, mudanças climáticas e pobreza.

Pela manhã, em painel sobre combate à fome que a solução para problemas mundiais depende de ações coletivas e esforços internacionais. Haddad destacou que é preciso sair da abordagem técnica e defendeu uma abordagem política como parte da solução.

"Os que vivem em pobreza, passam fome, e os desafios globais em relação ao meio ambiente também exigem de nós um esforço internacional, porque nenhum país isoladamente vai conseguir

resolver esse problema", disse.

Haddad disse que a grande novidade desse G20 é que há apoio de todos os países-membros e chances de sair algo consistente. Ele lembrou que o momento da economia global é crítico e que durante a pandemia de covid os países buscaram diluir os impactos com medidas de "expansão fiscal de curto prazo sem precedentes".

"As cadeias de valor foram prejudicadas por uma série de eventos. Em seguida, a fragmentação geoeconômica aumentou ainda mais, minando o comércio e o crescimento econômico em todo o mundo. O resultado foi uma combinação perversa de **inflação** elevada a níveis muito altos de dívida, especialmente no Sul Global, forçando os governos a tomar decisões muito difíceis", disse.

"O FMI dizendo que a dívida está estabilizando num patamar menor é significativo" Fernando Haddad

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1§ion=1)**

Após FMI piorar projeção de déficit, Haddad cita nova meta

Após o FMI (Fundo Monetário Internacional) piorar a sua projeção para o déficit primário da economia brasileira, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse, em Washington onde participa de eventos do FMI, Banco Mundial e G20, que a piora das projeções está em linha com as alterações no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2025. Ele se mostrou otimista com trajetória da dívida.

Ao mesmo tempo que melhorou a previsão sobre a trajetória da dívida bruta brasileira, em relatório divulgado nesta quarta-feira (17), o fundo revisou o déficit de 0,2% para 0,6% do PIB em 2024. O superávit de 0,2% previsto para 2025 foi revisado para um déficit de 0,3%.

No último Monitor Fiscal, divulgado em outubro, a estimativa da dívida bruta era de 90,3% do PIB neste ano e 92,4% no próximo. Agora, o FMI projeta 86,7% e 89,3%, respectivamente. Os números do fundo são mais pessimistas do que os do Ministério da Fazenda.

Na segunda-feira (15), a meta prometida de superávit de 0,5% no próximo ano foi abandonada. Foi estabelecida a meta zero. "O caminho de consolidação fiscal das autoridades visa a uma melhoria na posição da política fiscal no médio prazo, mas a incerteza quanto ao futuro permanece", afirmou o diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, em entrevista coletiva nesta quarta.

A análise é que o alto endividamento e os custos incertos de financiamento da dívida pública exigem do Brasil - assim como de outros países em situação parecida - políticas fiscais mais prudentes.

Para o FMI, o Brasil vai chegar a um déficit zero apenas em 2026 - último ano do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - e registrar seu primeiro superávit, de 0,4%, em 2027. "Colocar a dívida pública do Brasil em um caminho descendente exigirá um esforço fiscal mais ambicioso e sustentável, ancorados no arcabouço fiscal, protegendo gastos sociais prioritários e gastos com investimentos ao mesmo tempo", disse Gaspar na coletiva.

META FISCAL

Haddad, por sua vez, comemorou as revisões da

dívida. "Mais importante do que essa trajetória (da meta fiscal) é a da dívida, porque é essa estabilidade que vai fazer com que as novas de crédito subam. Depois de sete anos, conseguimos melhorar e estamos confiantes de que vamos continuar nessa escalada até voltar a ter o grau de investimento, que pode ser um divisor de águas para os investimentos estrangeiros no Brasil", afirmou o ministro.

"O fato de eles terem melhorado substancialmente as projeções da dívida brasileira no conceito do próprio FMI é muito importante para nós, porque no conceito brasileiro, que é um pouco diferente, também a trajetória da dívida melhora", disse o ministro da Fazenda.

O cenário para a dívida bruta, segundo o FMI, é positivo nos próximos anos, mas em ritmo lento. Em 2029, o indicador chegará a 93,9% do PIB, percentual inferior aos 96% estimados anteriormente para o ano.

Haddad destacou também que, nesse cenário, é importante não renunciar receitas. "Há muitas coisas que dependem do Congresso e do Judiciário para fechar as contas desse ano e ano que vem", disse.

No relatório Monitor Fiscal, o FMI também fez um apelo aos países para que resistam à tentação de aumento de gastos em ano eleitoral - em 2024, um recorde de 88 economias foram ou vão às avessas. Na visão do fundo, o mundo enfrenta uma situação fiscal frágil, com altos níveis de endividamento pós-pandemia agravados por um patamar elevado de taxas de juros, que encarecem o custo da dívida.

Segundo o fundo, pesquisas mostram que o déficit em anos eleitorais tendem a superar as projeções. "Esforços duradouros de consolidação fiscal são necessários para garantir finanças públicas sustentáveis e reconstruir reservas em um contexto de perspectivas de crescimento de médio prazo em desaceleração e altas taxas de juros reais", diz o relatório. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/18-abril-2024/10-caderno>

"Não dá para Haddad lavar as mãos do corte de gastos"

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

ENTREVISTA: Manoel Pires, Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público (CPFO), do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV)

O economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público (CPFO), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), defende que a equipe econômica faça uma mudança de rota na estratégia para reequilibrar as contas públicas. Ele diz que é preciso "abrir espaço político" para o debate inevitável sobre o crescimento vertiginoso das despesas obrigatórias. "Ninguém consegue colocar o dedo na ferida do controle de despesa", diz Pires ao Estadão.

Qual a sua avaliação sobre a mudança das metas anunciada pelo governo?

O ajuste fiscal que está sendo feito tem uma parcela muito importante de receita não recorrente.

E, além disso, a meta no ano que vem envolvia um ajuste adicional de mais de R\$ 100 bilhões, num calendário político extremamente difícil. Acho que houve uma readequação à realidade, que está se impondo.

Houve excesso de otimismo nas metas iniciais?

Houve. Mas isso não deve colocar em questão todo o esforço que a equipe econômica já fez.

Essa é uma situação muito difícil para o governo, porque ele precisa apresentar uma estratégia de ajuste que ofereça alguma relação construtiva com o mercado.

As novas metas são factíveis?

O governo vai perseguir o limite inferior da meta em 2025, de -0,25% do **PIB**, ou R\$ 28 bilhões de déficit. Mas há o fato de que se conseguiu abater os precatórios da meta. Na prática, pode ter um déficit de quase R\$ 70 bilhões no ano que vem. O grande problema é que as despesas obrigatórias estão crescendo muito. E a equipe econômica ainda não conseguiu se arrumar direito na agenda do gasto. A dúvida que fica é que talvez nem o ajuste lento

aconteça. Porque, com esse crescimento de despesa obrigatória, o risco de o governo abandonar o teto (de gastos do arcabouço) de 2,5% (ao ano acima da inflação) é muito grande.

Falta uma agenda efetiva de cortes de gastos?

Ninguém consegue colocar o dedo na ferida do controle de despesa. O que acho que seria muito salutar seria pegar esse episódio para o governo refazer a estratégia.

Mas o que seria essa mudança de estratégia?

Abriu um espaço político para essas questões. Ter um controle das obrigatórias, para viabilizar a regra de despesa do governo, e continuar focando na agenda de receita para melhorar a meta de resultado primário.

Como vê a atuação da Fazenda e do Planejamento nesse processo de ajuste?

Já trabalhei nos dois lados, Fazenda e Planejamento. E é a Fazenda que dá o tom na agenda de política econômica. O apoio da Fazenda para essa agenda dos gastos é superimportante. Quando o Haddad diz que corte de gastos é com a Tebet, é um péssimo sinal. Ainda que seja, não dá para ele lavar as mãos. Ele tem sido muito bem-sucedido na agenda de receita, e qualquer ajuda que ele dê na agenda de gastos vai ser bom para o Orçamento.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Nova meta fiscal ameaça corte de juros pelo BC, alerta FGV Ibre

Marsílea Gombata

A combinação de elementos externos e domésticos coloca em xeque o ritmo de expansão da política monetária, o que pode frustrar expectativa de maior investimento e atividade econômica, alerta o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O boletim ressalta que mudanças na meta fiscal aqui e variáveis como atividade forte e **inflação** resiliente nos EUA pressionam o ciclo de queda dos juros. Somam-se a isso conflitos no Oriente Médio, que podem contribuir para uma **inflação** mais persistente no Brasil, levantando dúvidas sobre a possibilidade de uma taxa Selic de um dígito até o fim do ano.

Por outro lado, dados recentes sobre atividade, como varejo e indústria, levaram o FGV Ibre a revisar projeções de crescimento para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre de 0,5% para 0,6%, ante o quarto trimestre de 2023. A projeção de crescimento do primeiro trimestre em relação o mesmo período do ano passado passou de 2% para 2,1%.

Em sua edição de abril, o boletim afirma que acontecimentos internacionais e doméstico recentes têm contribuído para a piora do cenário econômico, intensificando a desvalorização cambial e pressionando a taxa de juros de mercado.

"São vários os elementos capazes de influenciar o ritmo e a extensão do ciclo de baixa de juros no Brasil. Com a piora no ambiente internacional e as mudanças nos principais parâmetros do arcabouço fiscal, aprovado no ano passado, tudo indica que o ciclo de queda estará se encerrando em breve", diz o texto.

Para Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, se o cenário internacional estivesse um pouco mais amistoso, os desafios internos pesariam menos.

"É difícil separar qual a magnitude de efeitos do âmbito doméstico ou do externo [sobre a economia], Um acaba potencializando os efeitos do outro. Se houvesse um cenário internacional muito favorável, talvez houvesse espaço para maior leniência em questões domésticas", afirma.

Matos argumenta que nenhum agente de mercado

acreditava em superávit no ano que vem. Mas a mudança da meta fiscal para os próximos anos, feita na segunda-feira com o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) ao Congresso, chega em um péssimo momento.

No anúncio do PLDO 2025, a equipe econômica jogou o equilíbrio primário para 2025 e projetou superávit de 0,25% do **PIB** em 2026, 0,5% em 2027 e 1% de superávit em 2028, dois anos depois do previsto inicialmente.

"Podiam ter esperado mais para jogar a toalha. Antecipar essa revisão da meta neste momento é muito ruim devido ao cenário internacional. Poderia ser mais positivo se a **inflação** estivesse cedendo nos EUA, mas isso não se mostrou. O que vemos é mais atividade e preços resilientes", diz.

A mudança no arcabouço fiscal menos de um ano depois de aprovado contribui para o cenário pessimista em relação à economia brasileira, afirma a economista.

"Seria muito importante terem feito todo o esforço possível e, no fim, dizerem que não conseguiram atingir a meta", diz Matos. "Quando se muda para uma meta menos ambiciosa, também se reduz o esforço para se chegar lá."

Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal e o Núcleo de Política Econômica, alerta na seção sobre política fiscal do boletim que a mudança arranha o arcabouço fiscal e sugere que ele pode ser rediscutido diante de dificuldades orçamentárias.

No cenário internacional, alerta o texto, o fator mais relevante no curto é a perspectiva para o início de cortes de juros nos EUA.

"Os números de **inflação** referentes ao mês de março voltaram a superar as expectativas dos analistas pelo terceiro mês consecutivo, com destaque para a elevada **inflação** de serviços, indicando um processo inflacionário mais persistente do que o Fed e o mercado pareciam enxergar", diz o texto.

"Mesmo esperando uma desaceleração da **inflação** à frente, como a atividade está resiliente e os salários ainda pressionados, o Fed deve esperar ainda mais

para dar início do processo de flexibilização da taxa de juros."

Além disso, o boletim avalia que a intensificação dos riscos geopolíticos no Oriente Médio tende a elevar a aversão ao risco, o que contribui para reduzir a atratividade de ativos de emergentes, assim como o grau de liberdade desses países na condução de sua política econômica.

Essa escalada pressiona o preço do petróleo e aumenta a pressão para a Petrobras reajustar os preços dos combustíveis, elemento adicional de pressão inflacionária e obstrução ao corte de juros, diz o FGV Ibre, ao constatar que a combinação desses fatores penaliza o real em relação ao dólar, que na terça-feira chegou a R\$ 5,29, maior patamar desde março de 2023.

O sinal mais animador que o boletim traz são dados recentes, que mostram atividade econômica resiliente e **inflação** de curto prazo mais benigna.

As medidas de núcleos voltaram a desacelerar na variação mensal, devido ao resultado da **inflação** de bens industriais. No acumulado em 12 meses, a **inflação** recuou de 4,5% em fevereiro para 3,9% em março, lembra o FGV Ibre.

"Mas ainda há motivos para alguma cautela, pois a **inflação** de serviços subjacentes subiu para 0,45% na margem, mantendo-se em 5,7% em 12 meses", ressalta.

Na seção sobre atividade, o Boletim Macro lembra que, em fevereiro, a economia apresentou sinais mistos, com desaceleração no setor de serviços e crescimento melhor que o esperado no varejo. A indústria extrativa manteve bons resultados, e a indústria de transformação cresceu, impulsionada pela recuperação da produção de bens de capital.

O cenário benigno levou o FGV Ibre a revisar boa parte de suas estimativas no primeiro trimestre deste ano ante o quarto de 2023. Além da projeção de crescimento do **PIB**, que passou de 0,5% em março para 0,6% em abril, a de consumo das famílias foi de 0,8% para 0,9%, e a de investimento, de 4,7% para 5,2%.

A de exportações passou de queda de 3,7% para alta de 0,6%, e a de importações, de alta de 3,2% para alta de 4% no trimestre. Foram revistas para cima ainda projeções para a indústria de transformação, de 1,2% para 1,3%, e para serviços, de 0,4% para 0,5%.

Na parte sobre **inflação**, o boletim lembra que em março o índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo (IPCA) subiu 0,16%, ante fevereiro, abaixo da expectativa de 0,25%. Mas abril deve ter aumentos de preço de itens in natura e medicamentos. O ajuste de preços de combustíveis também é esperado neste mês, quando o IPCA deve subir 0,59%, na comparação com março. Para 2024, a **inflação** projetada é de 3,9%.

Apesar do bom resultado da **inflação** recentemente, há preocupação com a **inflação** de serviços, alimentadas pela alta dos salários reais e da massa salarial, com as expectativas de **inflação** que permanecem desancoradas e "a propensão gastadora do governo", segundo FGV Ibre.

Com isso, afirma José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, existe a possibilidade de a Selic não chegar a um dígito até o fim do ano.

"Na ata do Copom de março, os dirigentes do BC assinalaram que boa parte da desinflação já observada, em especial no que se refere aos serviços, pode ser explicada pelo "transbordamento" da desinflação de alimentos e bens industriais. No entender de-

les, em um segundo estágio, "o fortalecimento do processo desinflacionário [...] estará mais relacionado ao cenário do mercado de trabalho e da demanda agregada", afirma Senna, ao lembrar que índice cheio de **inflação** de março deixa claro o elevado grau de persistência do comportamento dos preços de itens mais nucleares da **inflação**.

Além de serviços subjacentes acumularem alta de 5,7%, bem acima da meta de 3%, o fato de a economia ter crescido acima de seu potencial torna pouco provável a convergência da **inflação** para a meta, mesmo diante de condições financeiras apertadas, escreve. Ele alerta que a expansão fiscal tem se constituído uma das razões para a atividade permanecer aquecida, com reflexos importantes sobre o mercado de trabalho.

"A propensão gastadora do governo continua deixando especialmente incerto o futuro das contas públicas. Juros reais, juros prefixados e inflações implícitas em alta desde o início do ano deixam claras as preocupações do mercado com o futuro da **inflação** e dos juros no Brasil, preocupações que só aumentaram com o CPI de março nos EUA", diz Senna.

"Diante de tudo isso, o mercado já sinaliza a possibilidade de, no fim de 2024, a Selic não chegar a um dígito. Difícil negar o realismo dessa nova visão do mercado."

O FGV Ibre trabalhava com uma Selic de 9,5% no fim do ano até o mês passado. Hoje, a expectativa é que a taxa básica de juros fique em torno de 10% no fim de 2024.

"Propensão gastadora do governo deixa incerto o futuro das contas públicas" José Júlio Senna

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846?page=1§ion=1)**

Incerteza global poderia fazer Copom rever cenário, diz Campos Neto

Gabriel Shinohara De Brasília

Em meio à mudança da meta fiscal de 2025 e à perspectiva de que o início dos cortes de juros nos Estados Unidos vai demorar mais que o previsto, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que, em um contexto de incerteza global, a autoridade monetária brasileira poderia mudar seu cenário-base.

Campos Neto disse que todo "guidance" (projeção) feito pelo Comitê de Política Monetária (Copom) vem com um aviso de que pode ser alterado se as condições mudarem. "[Se a situação mudar muito] podemos avaliar", disse, acrescentando que isso "não é nada novo". "Não posso falar mais que isso, precisamos esperar e ver como as variáveis evoluem daqui para a próxima reunião [em 7 e 8 de maio]." O presidente do BC traçou quatro caminhos para a política monetária. No primeiro, haveria uma redução de incerteza, "o que significa que pegamos o caminho usual". No segundo, a incerteza continuaria alta, mas sem mudanças significativas, "o que pode significar uma redução em ritmo". No terceiro cenário, a incerteza passaria a afetar mais fortemente variáveis importantes e seria necessário falar sobre mudar o balanço de riscos. No quarto, a incerteza pioraria criando um estresse global - "nesse momento mudamos nosso cenário base", disse. Campos Neto participou de dois eventos em Washington ontem, um promovido pela XP e outro, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na última reunião do Copom, realizada em março, a decisão foi a de reduzir a taxa básica de juros para em 0,5 ponto percentual para 10,75% ao ano e sinalizar apenas mais um novo corte da mesma magnitude na reunião de maio, "em se confirmando o cenário esperado". A ata do encontro já falava em "elevação da incerteza e da necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária", e por isso a decisão de falar em só mais uma redução de 0,5 ponto.

Segundo o presidente da autoridade monetária, grande parte das novas incertezas tem sido relacionada a uma história global, com reprecificação das condições globais. No entanto, afirmou, há também uma "história local" de alta no prêmio de risco com "muitos fatores", como a reprecificação da

trajetória fiscal.

O mercado vem reagindo à decisão do governo de alterar a meta fiscal de 2025 de um superávit de 0,5% do PIB para zero, com elevação do resultado positivo nos anos seguintes. Nos últimos dias, o mercado de câmbio tem mostrado bastante volatilidade, assim como a curva de juros.

Campos Neto ressaltou que na parte fiscal, "por muito tempo" o BC afirmou "que é importante perseverar nas metas". Ele afirmou que as âncoras fiscal e monetária estão muito relacionadas.

De acordo com o presidente do Banco Central, não há ligação mecânica entre as frentes fiscal e monetária e é necessário saber o que é importante para a reação do Copom. Campos Neto pontuou que os últimos dias mostraram "que o mercado ficou mais preocupado com o fiscal e isso pode mudar as expectativas do que o equilíbrio fiscal será no futuro e pode ter um efeito no prêmio de risco e também faz o trabalho nos termos da política monetária mais difícil e custoso".

Na questão externa, Campos Neto disse que o cenário ficou mais adverso, com muito mais debate sobre como a desinflação vai acontecer, e isso pode significar taxas de juros mais altas por mais tempo globalmente. Ele também afirmou essa piora no ambiente internacional era esperada. Na última ata do Copom, o comitê já avaliava que havia uma maior incerteza nas conjunturas local e global.

Campos Neto ressaltou que é "muito importante" manter as expectativas de **inflação** ancoradas e disse que o BC vai fazer o necessário para isso. Para ele, as incertezas aumentaram desde a última reunião do Copom, mas parte delas foi antecipada pelo colegiado. Também afirmou que é necessário tempo para avaliar o impacto dessas incertezas nas variáveis importantes para que se possa entender o que se é algo temporário ou se há mudança mais estrutural. Daqui até a próxima reunião do Copom, precisamos observar o dia a dia." Além do cenário para a política monetária, Campos Neto também comentou sobre o câmbio, ressaltando que é flutuante e que nas intervenções do BC não acontecem quando o mercado precifica o prêmio de risco, mas quando há disfuncionalidades.

Campos Neto ressaltou que é "muito perigoso" reagir à

reprecificação do prêmio de risco porque tem muitas maneiras diferentes de ter esse prêmio de risco no país e, se suprimir muito um, há um vazamento para outro, como as taxas longas de juros.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846>

Conflitos podem impactar inflação

Após dois meses consecutivos de superávits recordes, o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) observou uma desaceleração nos volumes do comércio exterior em março, tanto nas exportações como nas importações. Um possível acirramento dos conflitos no Oriente Médio, porém, pode impulsionar as vendas brasileiras no exterior pelo aumento dos preços e ter efeitos negativos na **inflação** interna, avalia a entidade.

O saldo da balança comercial de março de 2024 foi de 7,5 bilhões de dólares, inferior ao de março de 2023.

No entanto, na comparação do primeiro trimestre, o superávit de 19,1 bilhões de dólares em 2024 foi o maior da série histórica. No caso das exportações, que cresceram 19,7% (janeiro) e 20,6% (fevereiro) na comparação interanual mensal entre 2023 e 2024, foi registrado recuo de 9,6%, em março.

No volume importado, o comportamento foi similar: 11,2% (janeiro), 12,4% (fevereiro) e desaceleração para 1,6%, em março.

"Os preços seguiram a trajetória de queda observada desde o início do ano, e caíram 5,6% para as exportações e 8,5% para as importações", informou o Indicador do Comércio Exterior (Icomex), divulgado ontem.

Para o comércio exterior do Brasil - exceto se houver alastramento dos conflitos envolvendo as grandes potências -, a oferta de commodities, em especial, do petróleo, poderá ser beneficiada com um possível aumento de preços. Os juros altos nos Estados Unidos tendem a desvalorizar a moeda brasileira junto com fatores domésticos como a questão fiscal, entre outros.

Nesse caso, pressões inflacionárias não são bem-vindas, mas para a balança comercial o efeito seria positivo, avalia o Icomex. "Em abril, antes do acirramento do conflito no Oriente Médio entre Irã e Israel, a Organização Mundial do Comércio (OMC) estimou um aumento no volume do comércio mundial de 2,6% em 2024, após recuo de 1,2%, em 2023, influenciado pelo fraco desempenho da Europa, mas chamou a atenção para as incertezas que pairavam no comércio mundial", ressalta.

A FGV Ibre observa que existe um cenário desfavorável para uma negociação visando o término da guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e o

Hamas, que influencia os preços das commodities e afeta a logística do transporte mundial, em especial no Canal do Suez.

A alta probabilidade de manutenção dos juros altos nos EUA, que poderia levar a um crescimento menor da economia do país, e as dúvidas quanto ao crescimento chinês de 5% anunciado pelo governo, poderão ter um impacto na demanda mundial por importações.

Os principais mercados de destino das exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2024 foram: China (29,4%); Estados Unidos (12,6%); e a Argentina (3,6%). A participação da União Europeia foi de 12,1%. Já nas importações efetuadas pelo país o destaque é o aumento de volume para a China e queda para o mercado norte-americano.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11055>

Presidente do BC se livra das amarras e abre opções para Selic

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, livrou-se do "forward guidance" que indicava uma queda de juro de 0,5 ponto percentual para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio, e deixou em aberto quatro possibilidades. Em um evento da XP Investimentos em Washington, aberto ao público na última hora, ele disse que as incertezas internacionais e fiscais aumentaram muito para permitir que o Copom siga com a antiga promessa.

Mas, de outro lado, argumentou que ainda não está claro o que, das turbulências recentes, vai ou não se tornar mais perene, afetando o trabalho do BC de baixar a **inflação** para a meta e, dessa forma, a trajetória da Selic.

A três semanas da próxima reunião do Copom, Campos Neto listou quatro cenários teoricamente possíveis, que poderiam levar a desfechos diferentes para a decisão que será tomada sobre a taxa de juros.

Primeira hipótese: "Poderíamos ter uma redução na incerteza, o que significa que seguiríamos o caminho usual". Ele não foi explícito sobre o que seria o caminho usual, mas aparentemente seria uma redução dos juros em 0,5 ponto percentual, como estava sinalizado anteriormente, dos atuais 10,75% ao ano para 10,25% ao ano.

Segunda hipótese: "Poderíamos ter uma situação em que a incerteza continua bem alta, mas não muda significativamente. Isso significaria uma redução no ritmo." Ou seja, o BC cortaria 0,25 ponto, para 10,5%.

Terceira hipótese: "Poderíamos ter uma situação em que a incerteza começa a afetar mais fortemente importantes variáveis, e a gente teria que mudar o balanço de riscos." Campos Neto não foi explícito sobre o que essa hipótese significaria para os juros, mas a lógica da gradação que ele empregou parece indicar uma manutenção da taxa.

Quarta hipótese: "Poderíamos ter um cenário em que a incerteza se agrava, criando um estresse global, e nesse caso vamos mudar o nosso cenário global", disse Campos Neto. Nessa hipótese, aparentemente, ele está se referindo à possibilidade de aumentar a

taxa básica de juros.

Com essa gradação, o presidente do Banco Central deu uma espécie de roteiro para o mercado financeiro acompanhar o desenvolvimento da crise recente - internacional e fiscal - para antecipar qual será a reação do Copom a cada uma das situações.

E por que o presidente do Banco Central não deu uma mensagem mais dura, direta? Para ele, com o elevado grau de incerteza atual, fica difícil antecipar a situação que o Copom vai encontrar daqui a três semanas.

"Você não quer reagir muito a dados de curto prazo, mas ao mesmo tempo você não quer ignorar muito uma mudança estrutural ao ponto de perder a sua credibilidade", afirmou o presidente do BC.

Para saber como o Copom vai fazer é importante prestar atenção ao que Campos Neto disse sobre o que é surpresa e o que não é nos eventos recentes. Também é bom reexaminar a chamada função de reação do Banco Central, ou seja, como ele usa as novas informações que surgirem nas próximas três semanas para tomar suas decisões.

Ele disse que a piora no ambiente externo já era mais ou menos esperada por ele. Isso ajuda a entender por que, em evento na semana passada, depois da divulgação da **inflação** americana, ele disse que o cenário não havia mudado substancialmente.

O que não estava na conta do BC: a piora do lado fiscal. Ainda assim, em pelo menos duas vezes ele expressou dúvidas de que, de fato, essa piora vai se traduzir num aumento permanente do prêmio de risco. "Quando você muda [a meta], o prêmio se move mais longe", disse. "Eu espero que isso não ocorra." Campos Neto expressou preocupação, em especial, com a relação entre a credibilidade fiscal e a credibilidade monetária. O principal indicador de que, de fato, o BC perdeu credibilidade serão as expectativas de **inflação**, sobretudo as de prazo mais longo.

Na função de reação do BC, o recado principal é que não há relação mecânica entre a política fiscal e o ambiente externo e a política monetária. Será preciso ver como esses acontecimentos recentes afetam o cenário central do Copom para a **inflação** e o balanço

de riscos. É isso que vai determinar em qual das quatro hipóteses acima vai ser adotada pelo Copom na sua próxima reunião.

" Quando você muda [a meta], o prêmio se move mais longe [...] Eu espero que isso não ocorra" Roberto Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187846>

Atividade econômica evolui 2,59% em um ano

Brasília/ABr

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC -Br) aumentou 0,4% de janeiro para fevereiro, informou o Banco Central nesta quarta-feira (17). O indicador é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Tendo como recorte o trimestre encerrado em fevereiro deste ano, o resultado é também de alta de 1,23%.

A comparação é dessazonalizada, que desconsidera diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano.

Se comparada a fevereiro de 2023, a variação observada resultou em uma alta de 2,59%. E nos 12 meses acumulados de março de 2023 a fevereiro de 2024, a alta está em 2,34%.

A comparação observada entre os trimestres encerrados em fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023 tem como resultado um crescimento de 2,35%.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Economia cresce 0,8% em fevereiro; destaque para o consumo

O Monitor do **PIB**-FGV aponta crescimento de 0,8% na atividade econômica em fevereiro em comparação a janeiro, considerando-se dados com ajuste sazonal. Na comparação interanual a economia cresceu 3,5% em fevereiro. No trimestre móvel interanual findo em fevereiro o crescimento do **PIB** foi de 3,3% e na taxa acumulada em 12 meses até fevereiro, 3,0%.

crescimento das exportações. A única retração registrada foi na exportação de bens de capital.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

"A economia cresceu 0,8% em fevereiro, na comparação com janeiro, com destaque para o consumo, que segue contribuindo para o bom desempenho econômico. A formação bruta de capital fixo (investimentos) também se destacou positivamente, tendo voltado a crescer após ter retraído em janeiro. Apesar disso, importantes segmentos, como a indústria e a exportação, registraram retração nessa comparação, o que pode indicar perda de ritmo desses segmentos no início do ano. Na comparação interanual a economia cresceu de modo mais consistente em fevereiro, visto que o crescimento foi disseminado entre a maioria das atividades econômicas e os componentes da demanda.", segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

Em termos monetários, estima-se que o **PIB**, no primeiro bimestre de 2024 em valores correntes, tenha sido de 1 trilhão 996 bilhões e 805 milhões de Reais.

Consumo das famílias O consumo das famílias cresceu 4,3% no trimestre móvel findo em fevereiro, com contribuição positiva de todas as categorias de consumo; padrão observado desde o trimestre móvel findo em novembro de 2023. Destaca-se o aumento da contribuição do consumo de não duráveis e de duráveis para este resultado. O consumo de produtos não duráveis apresentou variações positivas disseminadas, sendo as de maior destaque os referentes ao consumo de produtos alimentícios, farmacêuticos e de perfumaria. No caso de consumo de produtos duráveis, os equipamentos de informática e relacionados e de veículos explicam grande parte do aumento do segmento.

Exportação A exportação de bens e serviços cresceu 14,2% no trimestre móvel findo em fevereiro. Destaca-se a contribuição positiva de praticamente todos os segmentos exportados, embora o desempenho de produtos agropecuários e da extrativa mineral sejam o de maior expressão, representando mais de 70% do

Após cinco altas seguidas, dólar recua 0,5%, a R\$ 5,24

LETYCIA CARDOSO

Depois de cinco altas consecutivas, o dólar comercial finalmente deu uma trégua ontem, encerrando em queda de 0,50%, a R\$ 5,2434 - mantendo-se, no entanto, no maior patamar em mais de um ano. Além de um movimento de ajuste, pesaram as declarações do presidente do Banco Central, em Washington. Ele criticou a mudança na meta fiscal, afirmando que a incerteza "torna mais custoso o trabalho" da política monetária para conter a inflação.

Bruno Komura, analista da Potenza Capital, avalia que, a curto prazo, o real tende a se valorizar, levando o dólar a um patamar de estabilidade, que ele estima em R\$ 5,10.

Diego Costa, head de câmbio para o Norte e Nordeste da B T Câmbio, considera mais provável o dólar recuar para o intervalo entre R\$ 5,10 e R\$ 5,20 do que ter um novo aumento significativo: -Esse cenário se assemelha ao movimento observado no ano passado, impulsionado pelo conflito no Oriente Médio. Mas, após atingir o pico em 6 de outubro, o dólar retomou ao patamar anterior.

IBOVESPA CAI 0,71%

No mercado acionário, o Ibo-vespa encerrou em queda pelo sexto pregão consecutivo, ao recuar 0,71%, aos 124.171 pontos. Segundo analistas, a aversão a risco é reflexo do provável adiamento do corte de juros nos Estados Unidos, da mudança da meta fiscal no Brasil e do temor sobre uma possível escalada do conflito entre Israel e Irã. Desde sexta-feira, o índice de referência da B3 já perdeu 4,38%.

O Federal Reserve (Fed, o BC americano) divulgou ontem o chamado Livro Bege, compêndio de dados da economia dos EUA. O documento apontou aumento modesto da inflação e crescimento moderado dos salários, o que ser um entrave para o Fed dar início à redução dos juros.

A incerteza sobre a questão fiscal no Brasil fez com que os juros futuros de curto prazo subissem, o que afetou empresas ligadas à economia doméstica, como varejistas.

A taxa DI com vencimento em janeiro de 2026 passou

de 10,730% para 10,755%. A Renner teve queda de 2,05%, a R\$ 15,75, e o Assai perdeu 1,23%, a R\$12,84.

Mas a maior queda do Ibo-vespa foi da Marfrig, que caiu 6,54%, a R\$ 9,71. Já a JBS recuou 1,02%, a R\$ 22,39. Isso foi reflexo, segundo Alessandro Nishimura, economista e sócio da No-mos, da notícia de que a China está reduzindo suas importações de carne bovina.

O maior ganho foi da siderúrgica CSN: 5,48%, a R\$ 5,20. A mineradora Vale subiu 1,12%, a R\$ 62,13, com a forte alta do minério de ferro na China, de 4,25%, a US\$ 120,20 a tonelada.

Ainda entre os papéis de maior peso no Ibovespa, a Petrobras registrou ganho de 0,32% nas ações ordinárias (ON, com voto), a R\$ 41,22, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 1,04%, a R\$ 39,90. Isso apesar de os preços do petróleo tipo Brent para junho ter fechado em queda de 3%, a US\$ 87,29.

Para Nishimura, a alta da Petrobras se deveu à expectativa de uma decisão sobre a distribuição dos dividendos extraordinários, que deve ser discutida na Assembleia Geral Ordinária do próximo dia 25: - Inicialmente, o papel chegou a operar em baixa. A mudança de sinal coincidiu com a divulgação de notícia na qual um conselheiro, falando de sua opinião e não da empresa, teria afirmado ser favorável à distribuição dos R\$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>